

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis da Bradesco Vida e Previdência S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo as normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), acompanhada das Relações com Seguros Explicativas, do Relatório dos Auditores Independentes e do Parecer dos Atuários Auditores Independentes.

O Mercado de Seguros
A Bradesco Vida e Previdência apresenta desempenho de destaque no segmento de atuação, um dos mais dinâmicos da economia brasileira, em virtude do compromisso de manter uma política de produtos inovadores, retribuindo a confiança de seus participantes, segurados e beneficiários e a sólida posição conquistada no mercado.
Manteve posição de destaque em receitas dos produtos de Previdência Complementar Aberta e Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL), participando com 22,8% do mercado e deteve 19,8% dos prêmios de seguros de Pessoas, conforme dados divulgados pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), em dezembro de 2019.
A Bradesco Vida e Previdência, com base nos investimentos relativos aos planos de previdência e VGBL, detinha 25,1% do total do mercado, conforme divulgação pela Federação Nacional de Previdência Privada e Vida (FenaPrevi), em dezembro de 2019.

Desempenho das Operações de Seguros e Previdência Complementar
A Bradesco Vida e Previdência apresentou, no exercício de 2019, Lucro Líquido de R\$ 3,759 bilhões (R\$ 3,621 bilhões no exercício de 2018). O Patrimônio Líquido somou R\$ 7,249 bilhões, representando uma rentabilidade de 84,91% sobre o Patrimônio Líquido Médio.

As receitas de Contribuições de Planos de Aposentadoria, Pensão e Pecúlio, somadas aos Prêmios do VGBL, totalizaram no exercício de 2019, R\$ 29,519 bilhões (R\$ 27,847 bilhões no exercício de 2018). O volume de prêmios de seguros de Pessoas atingiu R\$ 8,263 bilhões (R\$ 6,813 bilhões no exercício de 2018).

As Provisões Técnicas cresceram 6,21%, somando R\$ 249,240 bilhões (R\$ 234,661 bilhões em dezembro de 2018), e as aplicações financeiras 7,18%, atingindo R\$ 258,912 bilhões (R\$ 241,568 bilhões em dezembro de 2018).

Política de Reinvestimento de Lucros e Política de Distribuição de Dividendos
O lucro líquido, após as deduções legais e distribuições previstas no Estatuto Social, terá a destinação proposta pela Diretoria e deliberada pelos acionistas em Assembleia Geral, podendo ser designado 100% à Reserva de Lucros – Estatutária, visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações da Companhia, até atingir o limite de 95% do valor do capital social integralizado.
O Estatuto prevê, ainda, o pagamento aos acionistas da Bradesco Vida e Previdência, do mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, a título de dividendos, respeitadas as deduções e distribuições previstas.

A Diretoria está autorizada pelo Estatuto Social, a declarar e pagar dividendos intermediários à conta de Lucros Acumulados ou de Reservas existentes.

Aplicações Financeiras
As aplicações financeiras estão classificadas nas categorias "Valor Justo por meio do Resultado", "Disponível para Venda" e "Mantidos até o Vencimento", conforme normas contábeis em vigor. De acordo com essas normas, a Bradesco Vida e Previdência S.A. declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento".

Inovações em Produtos e Serviços
A Bradesco Vida e Previdência vem contribuindo para disseminar a cultura de proteção e poupança de longo prazo através dos seus produtos de Seguros de Vida e Previdência Complementar. Atenta às recentes transformações do mercado e, visando uma melhor experiência dos seus segurados e participantes, destacam-se as principais ações:
No ramo de Previdência Complementar Aberta, no exercício de 2019 houve a reestruturação de toda a grade de produtos, onde foram lançados novos planos individuais e empresariais adequados ao perfil de risco dos clientes, inovando nas estratégias de investimento e ampliando a oferta de produtos alinhados às necessidades dos clientes.
No ramo de Seguros de Pessoas, no exercício de 2019 foram lançados os produtos Meu Seguro Bradesco, Multiplano Geração 3 e o novo Top Clube Bradesco. Todos buscam facilitar a venda consultiva que atenda aos diversos perfis de clientes.
Em busca de melhoria contínua e otimização de processos, a Bradesco Vida e Previdência vem atuando de forma consistente na implementação de soluções que resultem em menor impacto ambiental, tais como a implementação de processos de contratação, portabilidade, manutenção, certificação e extratos totalmente digitais, reduzindo de forma relevante a utilização de papel.

Gestão de Riscos
O Grupo Bradesco Seguros, do qual a Bradesco Vida e Previdência faz parte, em linha com os modelos adotados de melhores práticas no mercado nacional e em atendimento à legislação vigente, possui uma Estrutura de Gestão de Riscos implantada, atuando de forma independente, no que tange a regulamentos, normas e políticas internas, tendo como principal objetivo assegurar que os riscos a que o Grupo está exposto sejam devidamente identificados, analisados, mensurados, tratados e monitorados.
O processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de Governança Corporativa, que abrange, desde a Alta Administração, até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação e gestão dos riscos. Possui comitês com funções específicas, permitindo que os riscos, tais como subscrição, crédito, liquidez, mercado e operacional, sejam identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados.
Estão inseridos, nesse contexto, categorizar os riscos relevantes para compor o perfil de riscos, monitorar os tipos de riscos assumidos com base nas compensações risco-retorno, para alcançar os objetivos estratégicos e buscar eficiência na gestão de capital, assegurar o acultamento de gestão de riscos nos vários níveis de atuação das empresas do Grupo, incluindo a difusão das políticas, normas e processos, bem como o monitoramento contínuo da exposição e tolerância aos riscos.
Controles Internos
A atuação dos Controles Internos tem como principal objetivo apoiar todas as áreas internas, seja de suporte ao negócio ou operacionais, na construção e manutenção de um ambiente corporativo mais seguro e sustentável. Suas atividades estão aderentes às normas locais, seguem as diretrizes da política da Organização Bradesco sobre o tema e cumprem as exigências da seção 404 da Lei americana Sarbanes-Oxley e os principais frameworks internacionais de controles, como o COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission) e o COBIT (Control Objectives for Information and Related Technology). A Bradesco Vida e Previdência realiza, periodicamente, testes de aderência, assegurando a eficiência dos controles e o atendimento às regulamentações e normativos internos do Grupo Bradesco Seguros. Os resultados são reportados à Alta Administração do Grupo Bradesco Seguros, ao Comitê de Controles Internos e Compliance e ao Comitê de Auditoria, ambos da Organização Bradesco.
Compliance
O Grupo Bradesco Seguros, do qual a Bradesco Vida e Previdência faz parte, possui estrutura própria para atendimento aos Órgãos Reguladores que supervisionam suas atividades. A Área de Compliance atua na captação, divulgação e devido acompanhamento para assegurar a aderência às regulamentações aplicáveis. Em complemento, monitora o atendimento às demais solicitações providas dos reguladores, de forma que sejam atendidas tempestivamente.
O acultramento constante dos funcionários através de treinamentos e vídeos fora reforçado com treinamentos presenciais, abrangendo temas como prevenção e combate à lavagem de dinheiro, controles internos e riscos operacionais, fortalecendo a conscientização contínua sobre esses temas.
O Grupo mantém o compromisso contínuo de prevenir e combater a Lavagem de Dinheiro, o Financiamento ao Terrorismo e as Fraudes, aprimorando os controles existentes de monitoramento, apoiando outros esforços governamentais locais e internacionais contra possíveis situações criminosas e mantendo disponíveis os canais de denúncia aos funcionários e ao público externo para receber relatos de indícios de práticas ilícitas ou irregulares.
O Grupo Bradesco Seguros possui comitês executivos, possibilitando que as tomadas de decisão ocorram nas instâncias pertinentes, resguardando os padrões de conduta e a responsabilidade corporativa, numa contínua busca de excelência em seus processos e uma prestação de contas transparente e ética às partes interessadas.

Governança de Dados e Segurança da Informação
Alinhada com as novas regulamentações nacionais que abrangem o tema, e reafirmando o compromisso pela disponibilidade, integridade, segurança e confidencialidade das informações organizacionais e dos clientes, o Grupo Bradesco Seguros tem dado ênfase especial à governança de dados e segurança da informação.
Premiações
No exercício de 2019, a Bradesco Vida e Previdência recebeu reconhecimentos do mercado à sua atuação. Dentre os prêmios conquistados, destacando-se:
• Destaque na 29ª edição do Prêmio Top of Mind – RS como uma das marcas mais lembradas. A premiação foi concedida pela Revista Amanhã, com sede na cidade de Porto Alegre;
• No prêmio Estádio Finanças Mais, promovido pelo jornal O Estado de S. Paulo em parceria com a agência de classificação de risco Austin Rating, a Bradesco Vida e Previdência foi campeã na categoria "Vida e Previdência";
• Campeou na categoria "Vida & Previdência" no prêmio Estádio Finanças Mais, promovido pelo jornal O Estado de São Paulo; e
• Destaque no anuário Valor 1000, promovido pelo jornal Valor Econômico. A empresa liderou os rankings de "Lucro Líquido" e "Lucro Operacional" e "Patrimônio Líquido" em "Previdência e Vida".

Agradecimentos
Pelos êxitos obtidos, agradecemos a preferência e a confiança dos nossos segurados e corretores, o apoio recebido dos Órgãos Reguladores e o trabalho dedicado dos nossos funcionários e colaboradores.

Barueri, 04 de fevereiro de 2020
Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em milhares de reais)			
	Nota	2019	2018
ATIVO			
CIRCULANTE		215.395.413	204.081.646
Disponível		43.950	27.162
Caixa e bancos		43.950	27.162
Aplicações	4	214.469.228	203.240.377
Créditos das operações com seguros e resseguros		356.422	330.171
Prêmios a receber	6	342.178	319.689
Operações com seguradoras		12.215	10.482
Operações com resseguradoras	7	2.029	-
Outros créditos operacionais		191.523	40.572
Ativos de resseguro e retrocessão	7	20.335	16.454
Títulos e créditos a receber		269.379	371.387
Títulos e créditos a receber		246.272	350.898
Créditos tributários e previdenciários	8.a	22.575	20.004
Outros créditos		532	485
Despesas antecipadas		4.784	182
Custo de aquisição diferidos		39.792	55.341
Seguros	14.c	39.792	55.341
ATIVO NÃO CIRCULANTE		45.074.717	38.898.652
Realizável a longo prazo		44.891.828	38.759.913
Aplicações	4	44.442.845	38.327.195
Outros créditos operacionais		-	2.391
Ativos de resseguro e retrocessão	7	4.519	3.899
Títulos e créditos a receber		444.464	426.428
Depósitos judiciais e fiscais	15.c	442.265	424.897
Outros créditos operacionais		2.199	1.531
Investimentos		17.915	17.915
Outros investimentos		17.915	17.915
Imobilizado		7.064	6.902
Bens móveis		1.759	712
Outras imobilizações		5.305	6.190
Intangível		157.910	113.922
Outros intangíveis	9	157.910	113.922
Total do ativo		260.470.130	242.980.298
PASSIVO			
CIRCULANTE		9.695.335	8.199.572
Contas a pagar		1.265.235	1.277.769
Obrigações a pagar	10	379.332	147.261
Impostos e encargos sociais a recolher	11	114.330	101.687
Encargos trabalhistas		5.261	4.561
Impostos e contribuições	12	760.397	1.024.260
Outras contas a pagar		5.915	-
Débitos de operações com seguros e resseguros		160.846	100.951
Prêmios a restituir		30.875	4.048
Operações com seguradoras		26.450	12.810
Operações com resseguradoras	7.c	13.349	8.973
Corretores de seguros e resseguros		80.443	64.859
Outros débitos operacionais		9.729	10.261
Débitos de operações com previdência complementar		3.069	214
Contribuições a restituir		3.068	39
Outros débitos operacionais		1	175
Depósitos de terceiros	13	97.328	179.669
Provisões técnicas - Seguros	14.a	5.676.742	4.938.478
Danos		1.823	2.756
Pessoas		2.134.202	1.900.584
Vida individual		3.363.456	2.846.768
Vida com cobertura por sobrevivência		177.261	188.370
Provisões técnicas - Previdência complementar	14.a	2.492.115	1.702.491
Planos não bloqueados		2.204.647	1.430.133
PGBL/PRGP		287.468	272.358
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		243.526.202	229.365.424
Contas a pagar		1.481.722	425.009
Obrigações a pagar	10	-	1.151
Tributos diferidos	8.b	1.481.722	423.858
Provisões técnicas - Seguros	14.a	183.805.377	171.829.029
Pessoas		2.197.273	1.921.694
Vida individual		5.328.092	4.015.098
Vida com cobertura por sobrevivência		176.280.012	165.892.237
Provisões técnicas - Previdência complementar	14.a	57.265.853	56.190.753
Planos não bloqueados		20.172.966	20.274.223
PGBL/PRGP		37.092.887	35.916.530
Outros débitos		973.250	920.633
Provisões judiciais	15.a	973.250	920.633
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	16	7.248.593	5.415.302
Capital social		2.863.665	2.863.665
Reservas de lucros		1.167.316	958.595
Ajustes de avaliação patrimonial		3.217.612	1.593.042
Total do passivo e patrimônio líquido		260.470.130	242.980.298

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)			
	Nota	2019	2018
Prêmios emitidos		8.262.529	6.812.684
Contribuições para cobertura de riscos		1.060.419	1.735.439
Variações das provisões técnicas de prêmios		(3.601.239)	(2.641.335)
Prêmios ganhos	21.a	5.721.709	5.906.788
Sinistros ocorridos	21.b	(1.616.629)	(1.351.210)
Custos de aquisição	21.c	(947.329)	(900.199)
Outras receitas e despesas operacionais	21.d	(93.805)	(73.421)
Resultado com operações de resseguro	21.e	1.641	(12.412)
Receita com resseguro		27.337	5.353
Despesa com resseguro		(24.657)	(16.894)
Outros resultados com Resseguro		(1.039)	(871)
Receitas de contribuições e prêmios de VGBL		12.192	(7.612)
Rendas de contribuições e prêmios	21.f	28.458.348	26.111.343
Constituição da provisão de benefícios a conceder		(28.446.156)	(26.118.955)
Rendas com taxas de gestão e outras taxas	21.g	2.028.371	2.105.850
Variação de outras provisões técnicas		316.517	307.964
Custos de aquisição	21.c	(59.941)	(57.938)
Outras receitas e despesas operacionais	21.h	13.894	(57.598)
Despesas administrativas	21.i	(929.874)	(786.069)
Despesas com tributos	21.j	(365.465)	(403.481)
Resultado financeiro	21.k	1.966.249	1.856.894
Receitas financeiras		18.834.365	15.064.330
Despesas financeiras		(16.868.116)	(13.207.436)
Resultado operacional		6.047.530	6.527.556
Ganhos ou perdas com ativos não correntes		(120)	(109.588)
Resultado antes dos impostos e participações		6.047.410	6.417.968
Imposto de renda	21.l	(1.407.912)	(1.539.358)
Contribuição social	21.l	(871.117)	(1.251.134)
Participações sobre o resultado		(9.660)	(6.590)
Lucro líquido do exercício		3.758.721	3.620.886
Quantidade de ações		193.699	193.699
Lucro líquido por ação - R\$		19.404,96	18.693,36

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em milhares de reais)			
	2019	2018	
Lucro líquido do exercício	3.758.721	3.620.886	
Ajuste a valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	2.829.859	699.149	
Diferimento do Ajuste a valor justo de ativos financeiros reclassificados para categoria de mantidos até o vencimento	(122.243)	(99.894)	
Efeito dos impostos	(1.083.046)	(239.702)	
Saldo de incorporação	-	12.811	
Total do resultado abrangente do exercício	5.383.291	3.993.250	
Atribuível aos acionistas:			
Controladores	5.383.291	3.993.250	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em milhares de reais)			
	2019	2018	
Resultado antes dos impostos e participações	6.047.410	6.417.968	
Ajustes para:			
- Depreciações e amortizações	22.479	68.557	
- Reversão/constituição de perdas por redução ao valor recuperável dos ativos	40.567	(70.302)	
- Despesas antecipadas	(4.602)	2.149	
- Variação das provisões técnicas	4.878.777	12.915.964	
- Atualização monetária depósitos judiciais	(14.407)	(20.319)	
- Atualização monetária provisões técnicas	16.361.060	12.590.573	
- Atualização monetária provisões judiciais	15.649	15.803	
- Ativos de resseguro provisões técnicas	(5.540)	3.068	
- Custo de aquisição diferidos	15.549	(7.795)	
Lucro ajustado do exercício	27.356.942	31.915.666	
Variações nas contas patrimoniais Aumento/(Redução):			
- Aplicações - Títulos a valor justo por meio do resultado	(11.382.461)	(9.954.291)	
- Créditos das operações de seguros e resseguros	(46.450)	(102.271)	
- Outros créditos operacionais	(148.559)	9.934	
- Títulos e créditos a receber	79.051	150.745	
- Contas a pagar	(17.163)	(7.768)	
- Débitos das operações de seguros e resseguros	59.894	(65.111)	
- Débitos das operações de previdência	2.855	(3.670)	
- Depósitos de terceiros	(82.341)	(191.983)	
- Provisões técnicas	(6.660.501)	(14.341.265)	
- Outros débitos	36.969	(15.780)	
Caixa consumido pelas operações	(18.158.707)	(24.521.460)	
Imposto de renda sobre o lucro pago	(1.513.317)	(1.279.851)	
Contribuição social sobre o lucro pago	(1.047.077)	(1.093.319)	
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	6.637.842	5.021.036	
Atividades de Investimento			
- Aquisição de títulos disponíveis para venda	(6.803.937)	(4.070.382)	
- Alienação/vencimentos e juros de títulos disponíveis para venda	5.130.129	4.630.760	
- Aquisição de títulos mantidos até o vencimento	(59.382)	(801.327)	
- Vencimentos e juros de títulos mantidos até o vencimento	(1.521.235)	(673.695)	
- Aquisição de imobilizado	(1.464)	(247)	
- Redução de investimentos	-	9.795	
- Ativo intangível desenvolvido internamente	(65.165)	83.233	
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos	(3.321.054)	(821.863)	
Atividades de Financiamento			
- Efeitos de incorporação	-	1.603	
- Dividendos e juros sobre capital próprio pago	(3.300.000)	(4.411.715	

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em milhares de reais)

	Capital Social	Redução/aumento de capital (em aprovação)	Reservas de Lucros Reserva Legal	Reserva Estatutária	Ajustes com títulos e valores mobiliários	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2018	2.399.693	-	479.938	1.240.771	1.220.678	-	5.341.080
Efeitos de incorporação AGE de 29.06.2018	-	463.972	-	-	12.811	-	476.783
- Portaria SUSEP Nº 7204, DE 10.09.2018	463.972	(463.972)	-	-	-	-	-
Ajustes com títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	359.553	-	359.553
Distribuição de dividendos (Conforme ata de reunião de diretoria em 28.02.2018 e 29.03.2018)	-	-	-	(1.240.771)	-	-	(1.240.771)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	3.620.886	3.620.886
Dividendos pagos conforme atas de reunião de diretoria de 29.03.2018; 28.06.2018 e 27.12.2018 (R\$ 15.705,96 por ação)	-	-	-	-	-	(3.042.229)	(3.042.229)
Juros sobre o Capital Próprio (R\$ 516,26 por ação)	-	-	-	-	-	(100.000)	(100.000)
Proposta para distribuição do lucro líquido	-	-	92.795	385.862	-	(478.657)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	2.863.665	-	572.733	385.862	1.593.042	-	5.415.302
Ajustes com títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	1.624.570	-	1.624.570
Distribuição de dividendos (Conforme ata de reunião de diretoria em 29.03.2019)	-	-	-	(385.862)	-	-	(385.862)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	3.758.721	3.758.721
Dividendos pagos conforme atas de reunião de diretoria de 29.03.2019; 17.10.2019 e 12.12.2019 (R\$ 13.934,70 por ação)	-	-	-	-	-	(2.699.138)	(2.699.138)
Juros sobre o Capital Próprio (R\$ 1.109,97 por ação)	-	-	-	-	-	(215.000)	(215.000)
Proposta para distribuição do lucro líquido	-	-	-	594.583	-	(594.583)	-
Dividendos propostos (R\$ 1.290,66 por ação)	-	-	-	-	-	(250.000)	(250.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	2.863.665	-	572.733	594.583	3.217.612	-	7.248.593

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Em milhares de reais)
1 Contexto operacional

A Companhia é integrante do Grupo Bradesco Seguros, sociedade anônima de capital fechado, sediada em Barueri, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP a operar em todas as modalidades de seguros de pessoas e previdência em todo o território nacional. O endereço registrado da sede da Companhia é Avenida Alphaville, 779 – Empresarial 18 Forte – Barueri - São Paulo.

O controlador direto da Companhia é a Bradesco Seguros S.A., e o controlador em última instância é o Banco Bradesco S.A. A Companhia, por intermédio de filiais, atua nos segmentos de seguro de vida e previdência complementar aberta.

As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas integrantes do Grupo Bradesco Seguros, atuando de forma integrada no mercado, e os custos das estruturas operacional e administrativa comuns são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

Essas demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco Bradesco em 04 de fevereiro de 2020.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas em todos os períodos apresentados nas demonstrações contábeis.

a. Base de preparação

Em consonância à Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações subsequentes, as demonstrações contábeis foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as interpretações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia passou a apresentar de maneira segregada no Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos, os montantes relativos a aquisição e alienação/juros de aplicações financeiras classificadas nas categorias "disponível para venda" e "mantidos até o vencimento", reproduzindo também tais efeitos aos números comparativos de 31 de dezembro de 2018. Tal alteração está sendo realizada para melhor apresentação, não havendo alterações no montante total dos Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos em nenhum dos períodos apresentados.

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem a menor dúvida de que a Companhia não possui nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações contábeis foram preparadas com base nesse princípio de continuidade.

b. Base para avaliação, apresentação e moeda funcional

As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção para ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo.

A moeda funcional da Companhia é o Real.

c. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As notas explicativas: 2e - Classificação dos contratos de seguro; 4 - Aplicações; 14 - Provisões técnicas e custo de aquisição diferidos e 15 - Provisões judiciais incluem: (i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis; (ii) informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil.

d. Segregação entre circulante e não circulante

A Companhia efetua a revisão dos valores registrados no ativo e no passivo circulante e não circulante a cada data de elaboração das demonstrações contábeis, com o objetivo de classificar adequadamente os ativos e passivos de acordo com a expectativa de realização, mantendo no não circulante os montantes cuja expectativa de realização ultrapasse o prazo de 12 meses subsequentes à respectiva data base. Os títulos e valores mobiliários a "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento (conforme nota explicativa 4b).

Ativos e/ou passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos são classificados no Ativo ou Passivo Não Circulante, e os sem vencimento definido tiveram seus valores registrados como Circulante, exceto os depósitos judiciais.

e. Classificação dos contratos de seguros

A Companhia classifica os contratos emitidos como contratos de seguro quando os contratos transferem risco significativo de seguro. Como guia geral, define-se risco significativo de seguro como a possibilidade de pagar benefícios adicionais significativos ao segurado na ocorrência de um acontecimento futuro incerto específico que possa afetá-lo de forma adversa. Os contratos de resseguro também são tratados sob a ótica de contratos de seguros por transferirem risco de seguro significativo.

f. Aplicações e instrumentos financeiros

A Companhia efetua a avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive derivativos, em consonância aos Pronunciamentos Técnicos CPC's 38, 39, 40(R1) e 46, cujos critérios de classificação, mensuração e avaliação, descritos a seguir:

i. Disponível (Caixa e equivalentes de caixa)

São representados por depósitos bancários sem vencimento, e são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, assim como são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

ii. Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período.

iii. Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, então tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer valor por redução ao valor recuperável, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais impactam o resultado do período.

iv. Ativos financeiros disponíveis para venda

Compreende os ativos financeiros que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Os investimentos em títulos patrimoniais são classificados como ativos financeiros disponíveis para venda. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas no patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado no patrimônio líquido é transferido para o resultado.

v. Determinação do valor justo

A determinação do valor justo das aplicações financeiras da Companhia é efetuada da seguinte forma:

Quotas em fundos de investimentos

O valor das aplicações em fundos de investimentos foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos.

Títulos Públicos

Os títulos públicos tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de taxas médias do mercado secundário divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA).

Ações e Fundos Imobiliários

Os títulos de renda variável e os fundos de investimentos imobiliários tiveram seus valores de mercado obtidos a partir da última cotação publicada pela Brasil Bolsa e Balcão (B3).

Título privados - Certificado de Depósitos Bancários e Letras Financeiras

A metodologia de marcação a mercado para Certificados de Depósitos Bancários e Letras Financeiras leva em consideração dois fatores: a) A taxa de juros livre de risco, que expressa a projeção do DI ou SELIC; e b) O *spread* de crédito do emissor. A taxa de juros utilizada tem como fonte primária a curva dos contatos futuros de DI divulgados pela Brasil Bolsa Balcão (B3). O *spread* de crédito é obtido por meio de metodologia específica descrita no manual interno de marcação a mercado, que considera os seguintes aspectos: i) classificação dos emissores em grupos, de acordo com a definição atribuída pelo Departamento de Crédito do Bradesco; ii) distribuição em classes de emissores, através da classificação realizada pela média das taxas de emissão de cada emissor; iii) utilização da última cotação, negociada em até 15 dias úteis da data de negociação/ marcação a mercado e iv) cálculo do *spread* por meio das taxas de emissão ponderadas por classe e pelo volume negociado.

Debêntures

São atualizadas pelas informações divulgadas nos boletins publicados pela ANBIMA. Para as debêntures que não são informadas pela ANBIMA é utilizado o fluxo de caixa descontado. As taxas de desconto/indexadores utilizados são informações/projeções divulgadas por boletins ou publicações especializadas (ANBIMA/CETIP).

vi. Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos financeiros

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, incluindo títulos de devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título.

As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequentemente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa, que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa, que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado, é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequentemente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes. Perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas no resultado para instrumentos patrimoniais classificados como ativos financeiros disponíveis para venda não são revertidas.

vii. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia mantém operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos destinados exclusivamente à proteção de riscos associados com a variação de taxas de juros dos investimentos. As operações com derivativos são registradas e negociadas na Brasil Bolsa Balcão (B3).

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e os custos de transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as respectivas variações são registradas no resultado do período e estão classificadas na categoria ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Para valorização dos instrumentos financeiros derivativos, cotações de preço de mercado são usadas para determinar o valor justo destes instrumentos. O valor justo dos contratos de futuros é determinado com base em cotações de preços de mercado para derivativos negociados em bolsa ou utilizando técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado que usam curvas de rendimento, refletindo os fatores de risco adequados. As informações para construir as curvas de rendimento são obtidas principalmente na Brasil Bolsa Balcão (B3) e no mercado secundário doméstico. Estas curvas de rendimento são utilizadas para determinar o valor justo de taxa de juros.

viii. Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os valores registrados nas rubricas "Crédito das operações com seguros e resseguros", "Títulos e créditos a receber", "Outros créditos a receber" e "Outros créditos operacionais" que são contabilizados pelo custo amortizado decrescidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

g. Redução ao valor recuperável

A Companhia reconhece uma redução ao valor recuperável sobre prêmios a receber com base em estudo que consiste em observar um prêmio com atraso superior a dezesseis dias, em um determinado mês, e seu comportamento após seis meses onde se apura o percentual médio de perda efetiva sobre os valores a receber que permaneceram este período de tempo em atraso. Para as operações a recuperar com resseguros a redução ao valor recuperável é feito quando o período de inadimplência superar 180 dias a partir do registro da restituição de sinistros pagos.

No caso das recuperações de cosseguro, a constituição de redução ao valor recuperável se dará para todos os créditos vencidos com data superior a 60 dias.

Para bens, títulos e outros valores a receber é reconhecida a perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo.

h. Imobilizado

O ativo imobilizado de uso próprio compreende equipamentos, móveis, máquinas e utensílios.

O imobilizado de uso é reconhecido ao custo histórico, reduzido por depreciação e perdas de redução de valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquidos dos custos de transação no resultado do período.

Gastos subsequentes são capitalizados somente quando geram benefícios econômicos futuros associados e possam ser avaliados com confiabilidade.

Gastos de reparo ou manutenção são reconhecidos no resultado do período à medida que são incorridos. Gastos com reformas e melhorias que prolongam a vida útil dos bens são incorporados ao custo do ativo imobilizado.

A depreciação do ativo imobilizado é reconhecida no resultado pelo método linear de acordo com as seguintes taxas anuais para os períodos correntes e comparativos: 10% para móveis, utensílios, máquinas e equipamento; 20% para equipamentos de informática e benfeitorias em imóveis de terceiros.

i. Ativos intangíveis
i. Softwares

Softwares adquiridos são registrados ao custo, deduzido da amortização acumulada e eventuais perdas acumuladas por *impairment*. A taxa de amortização é de 20% ao ano.

Despesas de desenvolvimento interno de *software* são reconhecidas como ativo quando é possível demonstrar sua intenção e capacidade de concluir o desenvolvimento, mensurando seu custo e a utilização dos *softwares*, de modo que gere benefícios econômicos futuros. Os custos capitalizados de *softwares* desenvolvidos internamente incluem todos os custos diretamente atribuíveis ao desenvolvimento, deduzido da amortização acumulada gerada durante a vida útil e são testados por *impairment*, caso haja indicativo de perda.

Despesas subsequentes com *softwares* são capitalizadas somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico a que se referem. Todas as demais despesas são contabilizadas como despesas à medida que são incorridas.

j. Ativos de resseguros

A cessão de resseguros é efetuada no curso normal das atividades da Companhia com o propósito de limitar sua perda potencial, por meio da diversificação de riscos. Os passivos relacionados às operações de resseguros são apresentados brutos de suas respectivas recuperações, as quais encontram-se registradas no ativo, uma vez que a existência do contrato não exime as obrigações da Companhia para os seus segurados.

Conforme determinado pelo Órgão Regulador, as empresas de resseguro sediadas no exterior devem possuir *rating* mínimo, de acordo com agência classificadora de risco, para operar no país, sendo as demais operações efetuadas com resseguradores locais. Desta forma, a Administração entende que os riscos de *impairment* desses ativos são reduzidos. No caso de serem identificados indícios de que os valores a recuperar não serão realizados pelos montantes registrados, estes ativos são ajustados ao seu valor recuperável.

k. Custos de aquisição diferidos

É composto substancialmente por valores referentes a comissões e agenciamentos relativos à comercialização de apólices de seguro, sendo a apropriação ao resultado das despesas com comissão realizadas pelo período de vigência das respectivas apólices/faturas, e as despesas com agenciamentos realizados no período de doze meses.

l. Impairment de ativos não financeiros

Os valores dos ativos não financeiros da Companhia, são revistos no mínimo anualmente para determinar se há alguma indicação de perda, que pode ser reconhecida no resultado do período se o valor contábil de um ativo exceder seu valor.

m. Provisões técnicas
i. Seguros de pessoas, exceto seguros de vida com cobertura de sobrevivência (VGBL)

A provisão de prêmios não ganhos (PPNG) é calculada *pro rata* dia, com base nos prêmios líquidos de cessão de cosseguros, porém contemplando as operações de transferência em resseguro, e é constituída pela parcela correspondente aos períodos de riscos não decorridos dos contratos de seguros. A parcela desta provisão correspondente a estimativa para os riscos vigentes mas não emitidos é constituída na PPNG-RVNE.

A provisão matemática de benefícios a conceder (PMBaC) é calculada pela diferença entre o valor atual dos benefícios futuros e o valor atual das contribuições futuras, correspondentes às obrigações assumidas;

A provisão de resgates e outros valores a regularizar (PVR) abrange os valores relativos aos resgates a regularizar, às devoluções de prêmios e às portabilidades solicitadas e ainda não transferidas para a entidade receptora;

A provisão para sinistros ocorridos e não avisados (IBNR) é calculada com base em triângulo *run-off* semestrais, que consideram o desenvolvimento histórico dos sinistros pagos e pendentes nos últimos 10 semestres, para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência. É realizado um estudo de cauda residual para projeção dos sinistros avisados após 10 semestres da data de ocorrência.

A provisão de sinistros a liquidar (PSL) considera os valores esperados a liquidar de todos os avisos de sinistros recebidos até a data do balanço. A provisão abrange os sinistros administrativos e judiciais corrigidos monetariamente e com juros no caso de sinistros judiciais.

A provisão complementar de cobertura (PCC) refere-se ao valor necessário para complementar as provisões técnicas, apurado no Teste de Adequação de Passivos (TAP). O TAP é elaborado utilizando métodos estatísticos e atuariais, com base em considerações realistas, considerando a tábua biométrica BR-EMS para ambos os sexos, ajustadas por critério de desenvolvimento de longevidade compatível com as últimas versões divulgadas (*improvement*), sinistralidade, despesas administrativas e operacionais e estruturas a termo da taxa de juros livre de risco (ETTJ) elaboradas pela Fenaprevi e autorizadas pela SUSEP. *Improvement* é uma técnica que atualiza a tábua biométrica automaticamente, considerando o aumento esperado da sobrevivida futura. O resultado do teste de adequação de passivo foi calculado conforme disposto na Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores.

A provisão de excedente técnico (PET) corresponde à diferença entre o valor esperado e o valor observado de eventos ocorridos no período, para os seguros de pessoas com cláusula de participação em excedente técnico;

A provisão de despesas relacionadas (PDR) é constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a sinistros e benefícios ocorridos, para os produtos estruturados nos regimes financeiros de repartição simples e repartição de capitais de cobertura. Para os planos estruturados no regime financeiro de capitalização, a provisão é constituída para a cobertura dos valores esperados das despesas relacionadas aos sinistros ocorridos e a ocorrer.

ii. Previdência complementar aberta e seguros de vida com cobertura de sobrevivência (VGBL)

A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é calculada "pro rata" dia, com base nos prêmios líquidos, e é constituída pela parcela correspondente aos períodos de riscos não decorridos dos contratos de seguros. A parcela desta provisão correspondente a estimativa para os riscos vigentes mas não emitidos é constituída na PPNG-RVNE.

A provisão matemática de benefícios a conceder (PMBaC) é constituída para participantes cujos benefícios ainda não se iniciaram. Nos planos de previdência, com característica de benefício definido, a provisão representa a diferença entre o valor atual dos benefícios futuros e o valor atual das contribuições futuras, correspondentes às obrigações assumidas sob a forma de planos de aposentadoria, invalidez, pensão e pecúlio. A provisão é calculada segundo metodologia e premissas estabelecidas em notas técnicas atuariais;

As provisões matemáticas de benefícios a conceder (PMBaC) vinculadas a seguros de vida com cobertura de sobrevivência e planos de previdência da modalidade "gerador de benefícios livres" (VGBL e PGBL), além dos planos de contribuição definida, representam o montante das contribuições efetuadas pelos participantes, líquidas de carregamento e outros encargos contratuais, acrescidas dos rendimentos financeiros gerados pela aplicação dos recursos em fundos de investimento em quotas de fundos de investimento especialmente constituídos (FIEs);

A provisão de resgates e outros valores a regularizar (PVR) abrange os valores relativos aos resgates a regularizar, às devoluções de prêmios e às portabilidades solicitadas e ainda não transferidas para a entidade receptora;

A provisão matemática de benefícios concedidos (PMBC), calculada utilizando a base técnica do plano, refere-se aos participantes que se encontram em gozo de benefícios e corresponde ao valor atual das obrigações futuras referentes aos pagamentos de benefícios continuados;

A provisão complementar de cobertura (PCC) refere-se ao valor necessário para complementar as provisões técnicas, apurado no teste de adequação de passivos (TAP). O teste de adequação de passivos (TAP) é elaborado semestralmente e utiliza métodos estatísticos e atuariais com base em considerações realistas, considerando a tábua biométrica BR-EMS para ambos os sexos, ajustadas por critérios de desenvolvimento de longevidade compatível com as últimas versões divulgadas (*Improvement*), sinistralidade, despesas administrativas e operacionais, taxas de persistência, e estruturas a termo da taxa de juros (ETTJ – elaboradas pela Fenaprevi) livre de risco e autorizadas pela Susep. *Improvement* é uma técnica que atualiza a tábua biométrica automaticamente, considerando o aumento esperado da sobrevivida futura. O resultado do teste de adequação deve ser compensado pela parcela correspondente à diferença entre o valor de mercado e o valor contábil dos títulos vinculados em garantia das provisões técnicas classificadas na categoria "mantidos até o vencimento", tal como requerido pela Circular SUSEP 517/15 e alterações posteriores.

A provisão de despesas relacionadas (PDR) é constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a sinistros e benefícios ocorridos, para os produtos estruturados nos regimes financeiros de repartição simples e repartição de capitais de cobertura. Para os planos estruturados no regime financeiro de capitalização, a provisão é constituída para a cobertura dos valores esperados das despesas relacionadas aos sinistros ocorridos e a ocorrer. As projeções são realizadas através do teste de adequação do passivo (TAP);

A provisão de excedente financeiro (PEF) corresponde ao resultado financeiro excedente à rentabilidade mínima garantida, repassado aos contratos com cláusula de participação de excedente financeiro;

A provisão de eventos ocorridos e não avisados (IBNR) é calculada com base em triângulos de *run-off* semestrais, que consideram o desenvolvimento histórico dos sinistros pagos e pendentes nos últimos 16 semestres, para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência.

A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) considera os valores esperados a liquidar de todos os avisos de sinistros recebidos até a data do balanço. A provisão abrange os sinistros administrativos e judiciais corrigidos monetariamente e com juros no caso de sinistros judiciais.

A provisão "Outras provisões técnicas (OPT)" compreende parte das provisões matemáticas de benefícios a conceder e

continua

de benefícios concedidos que foi transferido para esta rubrica contábil em janeiro/2018, conforme requerido pela SUSEP. Esse montante refere-se à diferença entre o cálculo das provisões matemáticas, realizado com premissas realistas, à época, aprovadas pela autarquia em 2004, e o cálculo com as bases técnicas definidas nas notas técnicas do produto. Os encargos financeiros creditados às provisões técnicas, bem como a constituição e/ou reversão da provisão de de benefício financeiro, são classificados como despesas financeiras e estão apresentados no grupo "Resultado financeiro".

iii. Tábuas, taxas e carregamento dos principais produtos comercializados:

Produto	Tábua	Taxa de juros	Taxa de carregamento
Planos de Aposentadoria (PGBL e VGBL).....	BR-EMS	0%	0%
Seguros de Pessoas e Coberturas de Risco.....	AT83 e CSO-58	2% a 6%	10% a 30%

iv. Teste de adequação de passivo (TAP)

A Companhia elaborou o teste de adequação de passivos para todos os contratos que atendem à definição de um contrato de seguro segundo o CPC 11 e que estão vigentes na data de execução do teste. Este teste é elaborado semestralmente e considera a soma do saldo contábil das provisões técnicas de contratos de seguro bruto de resseguro, deduzido da despesa de comercialização diferida (Custos de aquisição diferidos) e os ativos intangíveis relacionados, comparado ao valor esperado dos fluxos de caixa que decorram do cumprimento dos contratos e intangíveis comercializados.

O teste considerou a projeção dos sinistros e benefícios ocorridos e a ocorrer, as despesas administrativas, as despesas alocáveis relacionadas aos sinistros, opções intrínsecas e excedentes financeiros e outras receitas e despesas diretamente relacionadas aos contratos de seguros.

Para o cálculo do valor presente dos fluxos projetados a Companhia utilizou estruturas a termo da taxa de juros livre de risco (ETTJ), elaboradas pela Fenaprevi e autorizadas pela SUSEP.

A sinistralidade média projetada foi de 39,4% para os ramos Pessoas Individual e Coletivo, obtida a partir de análise baseada em triângulos de desenvolvimento de sinistros da Companhia gerados com informações a partir de janeiro de 2009.

O resultado do teste de adequação de passivos (TAP), realizado para a data-base de 31 de dezembro de 2019, apresentou uma insuficiência que, em atendimento à Circular SUSEP 543/16, foi integralmente compensada pela parcela correspondente à diferença entre o valor de mercado e o valor contábil dos títulos vinculados em garantia das provisões técnicas classificadas na categoria "mantidos até o vencimento". Para os produtos de previdência complementar aberta e vida com cobertura por sobrevivência, os contratos são agrupados com base no artigo 52, parágrafo 3º da Circular SUSEP 517/2015 e os resultados para fins de gerenciamento são segregados conforme artigo 52, parágrafo 7º da presente Circular.

n. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais - Fiscais e previdenciárias

i. Ativos contingentes

São reconhecidos contabilmente, quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível. Os ativos contingentes cuja expectativa de êxito é provável são divulgados.

ii. Passivos contingentes

São constituídos levando em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento dos Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, e os classificados como remotos não são divulgados.

iii. Obrigações legais - fiscais e previdenciárias

Decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos nas demonstrações contábeis.

o. Benefícios a empregados

i. Obrigações de curto prazo

As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são mensuradas e lançadas como despesa à medida que o serviço respectivo é prestado.

ii. Obrigações por aposentadorias

A Companhia é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores, na modalidade contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições pagas por ele mesmo e pela empresa patrocinadora, sendo os recursos investidos em um FIE (Fundo de Investimento Exclusivo). O Plano é administrado pela Bradesco Vida e Previdência S.A. e a BRAM – Bradesco Asset Management S.A. DTMV (empresa ligada) é a responsável pela gestão financeira dos fundos FIEs.

O Plano de Previdência Complementar conta com contribuições dos funcionários e administradores da Companhia equivalentes a, no mínimo, 4% do salário e, pela empresa, 5% do salário, acrescidas do percentual destinado a coberturas dos benefícios de risco (morte e invalidez). As obrigações atuariais do plano de contribuição definida estão integralmente cobertas pelo patrimônio do FIE correspondente. Além do plano apresentado, está assegurado aos participantes que, em 2001, optaram em migrar do plano de benefício definido, um benefício proporcional diferido, correspondente aos seus direitos acumulados naquele plano. Para os participantes ativos, aposentados e pensionistas do plano de benefício definido, em extinção, o valor presente das obrigações atuariais do plano está integralmente coberto por ativos garantidores.

iii. Outras obrigações pós-emprego

Há custeio do plano de saúde para ex-funcionários e seus dependentes legais por um período de 180 ou 270 dias da data de desligamento a depender do tempo de empresa.

iv. Outros benefícios de curto prazo

Outros benefícios de curto prazo, tais como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais e treinamento profissional, são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado à medida que são incorridos.

p. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10% sobre a parcela do lucro tributável excedente a R\$ 240 para o período. A contribuição social sobre o lucro líquido foi calculada, até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%, para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15 e retornou à alíquota de 15% a partir de 2019. Em decorrência da alteração da alíquota, a Companhia constituiu, em setembro de 2015, um complemento do crédito tributário de contribuição social, considerando as expectativas anuais de realização e as suas respectivas alíquotas vigentes em cada período, de acordo com o estudo técnico realizado. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de recolhimento (impostos correntes). Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja provável.

q. Resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

Os prêmios de seguros, cosseguro aceito e as comissões, deduzidos dos prêmios cedidos em cosseguro e e as comissões correspondentes, são registrados quando da emissão das respectivas apólices/certificados/endorços e faturas de seguro, ou pelo início da vigência do risco para casos em que o risco tem início antes da emissão, e apropriados, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência das apólices, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios não ganhos e dos correspondentes custos de aquisição diferidos.

As receitas de prêmios e as correspondentes despesas de comercialização, relativas aos riscos vigentes ainda sem emissão das respectivas apólices, são reconhecidas ao resultado no início da cobertura do risco, em bases estimadas.

O agenciamento das operações de seguros é diferido e apropriado ao resultado, de forma linear, pelo prazo 12 meses.

As operações de cosseguros aceitos e de retrocessões são contabilizadas com base nas informações recebidas das congêneres e do IRB - Brasil Resseguros S.A.

As operações de resseguro são registradas quando da emissão da apólice e suas baixas, com base em prestações de contas que estão sujeitas a análise pelos resseguradores. O diferimento dos prêmios de resseguros cedidos é realizado de forma consistente com o respectivo prêmio de seguro relacionado e/ou contrato de resseguro.

As contribuições de planos previdenciários e os prêmios de seguros de vida com cobertura de sobrevivência são reconhecidos no resultado quando do seu efetivo recebimento.

As rendas com taxa de gestão são apropriadas ao resultado pelo regime de competência segundo taxas estabelecidas contratualmente.

A participação mínima dos funcionários no resultado é apurada com base na convenção coletiva firmada com o sindicato da categoria. Complementos adicionais à participação mínima são reconhecidos de acordo com metas estipuladas pela Administração.

Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre os ativos dos fundos investidos (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), receitas de dividendos, ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, rendimentos auferidos na apuração do valor de custo dos títulos mantidos até o vencimento e reclassificações de ganhos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem perdas em alienação de ativos disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros (exceto recebíveis).

r. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Novas normas ou alterações de normas e interpretações que são efetivas para períodos iniciados em e após 1º de janeiro de 2018 e ainda não aprovadas pela SUSEP.

CPC 48 – Instrumentos Financeiros

Em vigor pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis desde 1º de janeiro de 2018, apresenta novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A Companhia optou por aplicar a isenção temporária do IFRS 9/CPC 48 e continuará a aplicar o IAS 39/CPC 38 até a data efetiva do IFRS 17 de Contratos de Seguros.

CPC 06 (R2) – Operações de Arrendamento Mercantil

Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, o objetivo desta norma é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes de modo que representem fielmente essas transações, esta norma altera de maneira mais substancial a contabilidade das entidades arrendatárias, sendo também requeridas certas divulgações no caso das entidades arrendadoras.

IFRS 17 - Contratos de Seguros

A IFRS 17 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro dentro do escopo da Norma. O objetivo da IFRS 17 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representem fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários de demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da companhia.

A IFRS 17 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022.

3. Gerenciamento de riscos

a. Introdução

A Bradesco Vida e Previdência está exposta aos riscos de subscrição, crédito, liquidez, mercado e operacional, provenientes de suas operações e que poderia afetar os objetivos estratégicos e financeiros.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição a cada um dos riscos acima, os objetivos, as políticas, os processos de mensuração e o gerenciamento de riscos.

Estrutura de gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, utilizando-o com o objetivo de adicionar valor ao negócio à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros, em benefício dos acionistas e das operações da Companhia.

Investimentos relacionados ao processo de gerenciamento de riscos são realizados, especialmente na capacitação do quadro de funcionários. Tem-se como objetivo elevar a qualidade de gerenciamento dos riscos e garantir o foco necessário a estas atividades, que produzem forte valor agregado.

No sentido amplo, o processo de Governança Corporativa representa o conjunto de práticas que tem por finalidade otimizar o desempenho da Companhia e proteger os acionistas, investidores, clientes, colaboradores, fornecedores, etc., bem como agregar valor e contribuir para sua sustentabilidade, envolvendo, principalmente, aspectos voltados à transparência e prestação de contas.

Nesse contexto, o processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de Governança Corporativa que abrange desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação e gestão dos riscos.

Esta estrutura encontra-se alinhada com as melhores práticas de mercado, contando com políticas, Comitês com funções específicas e estrutura diretiva, estabelecendo diretrizes e normas, provendo recursos humanos e tecnológicos voltados a estas atividades.

O gerenciamento de riscos inerentes às atividades de modo integrado é abordado, dentro de um processo, apoiado em estrutura

independente (no que tange a regulamentos, normas e políticas internas). Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que comprometam sua correta identificação e mensuração. A estrutura do processo de gerenciamento de riscos permite que os riscos de seguro/subscrição, crédito, liquidez, mercado e operacional sejam identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados de modo unificado. Para assegurar uniformidade ao processo de gerenciamento de riscos, há um fórum constante de alto nível sobre o tema, com o intuito de se obter sinergia entre estas atividades. Essa instância, denominada Comitê Executivo de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros, estuda todos os riscos (seguro/subscrição, crédito, mercado, liquidez e operacional), define os limites de tolerância aos seus respectivos riscos e elabora planos de mitigação, entre outras atribuições.

Adicionalmente, foi instituída a Comissão Técnica de Premissas e Modelos, que tem como principal atribuição avaliar e antecipar possíveis impactos quando da alteração de premissas no cálculo das provisões, alteração de estratégia no lançamento de produtos e assuntos relacionados à Gestão de Capital com impacto na Solvência ou nível de Apetite a Riscos.

Existem ainda os Comitês Executivos definidos pelo Banco Bradesco para tratar os assuntos relacionados ao Risco de Crédito, Mercado, Liquidez e Operacional, que são submetidos ao Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, que têm por atribuição assessorar o Conselho de Administração na aprovação de políticas institucionais, diretrizes operacionais e estabelecimento de limites de exposição a riscos.

b. Risco de subscrição

O risco de seguro é o risco transferido por qualquer contrato de seguro onde haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra e onde haja incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro. Dentro do risco de seguro, destaca-se também o risco de subscrição, que advém de uma situação econômica adversa que contraria as expectativas da Companhia no momento da elaboração de sua política de subscrição no que se refere às incertezas existentes, tanto na definição das premissas atuariais quanto na constituição das provisões técnicas bem como para fins de precificação e cálculo de prêmios e contribuições. Em síntese, é o risco de que a frequência ou a severidade de sinistros ou benefícios ocorridos sejam maiores do que aqueles estimados pela Companhia.

O gerenciamento do risco de subscrição é realizado pela Superintendência Técnica. As políticas de subscrição e aceitação de riscos são periodicamente avaliadas através de grupos de trabalho. Além disso, a Diretoria de Gestão de Riscos e Controles Internos e Compliance, parte integrante da estrutura de gerenciamento de riscos, têm como uma de suas principais atribuições a estruturação de modelos internos para Risco de Subscrição e cálculo de capital regulatório para esses negócios e certifica os estudos de precificação de novos produtos.

Incertezas na estimativa de pagamentos futuros de sinistros.

Sinistros são devidos à medida que ocorridos. A Companhia deve efetuar a indenização de todos os eventos vigentes ocorridos durante a vigência da apólice, mesmo que a perda seja descoberta após o término da vigência deste. Como resultado, os sinistros são avisados ao longo de um período, e parte significativa destes sinistros está relacionada à Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados (IBNR). O custo estimado de sinistro inclui despesas diretas a serem incorridas na sua liquidação.

Considerando as incertezas inerentes ao processo de estimativa das provisões de sinistros, pode acontecer da liquidação final mostrar-se diferente do passivo inicialmente constituído.

Gerenciamento de ativos e passivos (ALM)

A Companhia realiza periodicamente a análise dos fluxos de ativos e passivos mantidos em carteira, ALM - *Asset Liability Management*. A metodologia da análise compreende a observação de suficiência ou insuficiência do valor presente do fluxo de ativos em relação ao valor presente do fluxo de passivos, assim como a duração dos ativos em relação à duração dos passivos. O objetivo é verificar se a situação da carteira de ativos e passivos está equilibrada para honrar os compromissos futuros da Companhia com seus participantes e segurados.

As premissas atuariais utilizadas na geração do fluxo dos passivos estão em linha com as práticas atuariais internacionais e também com as características da carteira de produtos da Companhia.

Gerenciamento de riscos por segmento de negócios

O monitoramento da carteira de contratos de seguros envolve o acompanhamento e a adequação das tarifas praticadas, bem como avaliar a eventual necessidade de alterações. São consideradas, também, outras ferramentas de monitoramento: (i) análises de sensibilidade; (ii) verificação de algoritmos e alertas dos sistemas corporativos (de subscrição, emissão e sinistros).

Principais riscos associados aos Seguros de Vida e Previdência

Os seguros de vida e previdência são de natureza de longo prazo, exceto as apólices de vida em grupo sem cobertura por sobrevivência, e, por este motivo, são utilizadas diversas premissas atuariais para gerenciar e estimar os riscos envolvidos, tais como: premissas sobre retornos de investimento, longevidade, taxas de mortalidade e persistência. As estimativas são baseadas na experiência histórica e nas expectativas atuariais.

Os riscos associados ao seguro de vida e previdência incluem, entre outros:

- Risco biométrico, que inclui experiência de mortalidade, morbidade adversa e invalidez. O risco de mortalidade pode se referir aos segurados que vivem mais tempo do que o previsto (longevidade) ou que morram antes do que o previsto. Isto porque alguns produtos garantem uma indenização se a pessoa morre, outros produtos garantem o pagamento de quantias regulares enquanto o segurado permanecer vivo;
- Risco de comportamento do segurado, que inclui experiência de persistência. Taxas de persistências baixas para alguns produtos podem gerar que menos apólices/contratos permaneçam contratados para ajudar a cobrir as despesas fixas e reduzir os fluxos de caixa positivos futuros do negócio subscrito. A persistência baixa pode causar impacto de liquidez quando se trata de produtos que prevejam o benefício de resgate;
- O risco de seguro de vida coletivo resulta da exposição à mortalidade e morbidade e à exposição à experiência operacional pior do que o previsto sobre fatores, tais como, níveis de persistência e despesas de administração; e
- Alguns produtos de vida e previdência possuem garantias de rentabilidades pré-definidas que incluem um risco devido a movimentações nos mercados financeiros, retornos de investimento e risco de taxa de juros que são gerenciados como parte do risco de mercado.

Gerenciamento dos riscos de seguro de vida e previdência

A Companhia monitora e avalia a exposição de risco, sendo responsável pelo desenvolvimento, implementação e revisão das políticas referentes à subscrição, tratamento de sinistros e provisões técnicas de seguros. A implementação dessas políticas e o gerenciamento desses riscos são apoiados pela Superintendência Técnica.

A Superintendência Técnica desenvolveu mecanismos, tais como análise de eventuais acúmulos de riscos com base em relatórios mensais, que identificam, quantificam e gerenciam exposições acumuladas para contê-las dentro dos limites definidos nas políticas internas.

O risco de longevidade é monitorado em relação aos mais recentes dados e às tendências do ambiente que a Companhia opera. A Administração monitora a exposição a este risco e as implicações de capital para gerenciar os possíveis impactos, bem como a captação de capital que os negócios poderão exigir. A Administração adota para o cálculo das provisões técnicas premissas de melhoria contínua na longevidade futura da população, de forma a se antever e assim estar coberta de possíveis impactos gerados pela melhora da expectativa de vida da população segurada/assistida.

Riscos de mortalidade e morbidade são atenuados mediante a cessão de resseguro na modalidade catastrófica.

O risco de persistência é gerenciado sob o meu do monitoramento frequente da experiência histórica da Companhia. A Administração também estabeleceu diretrizes sobre o gerenciamento da persistência para monitorar e implementar iniciativas específicas para melhorar, quando for o caso, a retenção de apólices que possam prescrever.

O risco de um elevado nível de despesas é monitorado principalmente pela avaliação da rentabilidade das unidades de negócio e o monitoramento frequente dos níveis de despesa.

Concentração de riscos

As potenciais exposições à concentração de riscos são monitoradas por relatórios gerenciais onde são observados os resultados dos contratos vendidos por segmentos de negócio. Os quadros abaixo mostram a concentração de risco no âmbito do negócio por região e por segmento baseada nos valores de prêmios e contribuições de previdência.

Região Geográfica	Distribuição do Prêmio emitido líquido - 31/12/2019				Total
	PGBL	Previdência Tradicional	VGBL	Seguros de Vida	
Sudeste	2.476.981	730.737	16.848.237	6.331.036	26.386.991
Sul	131.155	204.935	3.585.847	903.255	4.825.192
Nordeste	90.763	131.656	2.597.131	527.469	3.347.019
Centro Oeste	47.167	79.261	1.829.467	330.566	2.286.461
Norte	24.082	38.166	703.182	170.203	935.633
Total	2.770.148	1.184.755	25.563.864	8.262.529	37.781.296

Região Geográfica	Distribuição do Prêmio emitido líquido - 31/12/2018				Total
	PGBL	Previdência Tradicional	VGBL	Seguros de Vida	
Sudeste	2.228.154	1.143.675	15.504.456	5.287.742	24.164.027
Sul	96.740	400.471	3.125.558	686.672	4.309.441
Nordeste	80.405	209.112	2.421.662	375.725	3.086.904
Centro Oeste	35.303	90.951	1.673.500	317.651	2.117.405
Norte	21.206	48.646	766.943	144.894	981.689
Total	2.461.808	1.892.855	23.492.119	6.812.684	34.659.466

Resultados da análise de sensibilidade

Alguns resultados do teste estão apresentados abaixo. Para cada cenário de sensibilidade, é demonstrado o impacto no resultado da Companhia de uma mudança razoável e possível em apenas um único fator. Ressaltamos que nas operações de seguros não existem riscos cambiais significativos.

Fator de sensibilidade	Descrição do fator de sensibilidade aplicado
Taxa de juros	O impacto de uma redução na curva da taxa a termo livre de risco.
Sinistralidade	O impacto de um aumento na sinistralidade para o negócio.
Longevidade (<i>Improvement</i>)	O impacto de um aumento na estimativa de melhoria da sobrevivência para contratos de anuidade.
Conversão em renda	O impacto de um aumento no índice de conversão em renda para contratos de anuidade.

Seguros de Vida com Cobertura de Sobrevivência, Previdência e Seguros de Vida Individual - Sensibilidades em 31 de dezembro de 2019.

O teste de sensibilidade para os seguros de vida com cobertura de sobrevivência, previdência e seguro de vida individual foi efetuado considerando as mesmas bases e agrupamentos do teste do TAP com variação nas premissas listadas abaixo:

Impacto no resultado e patrimônio líquido após impostos e contribuições	Conversão		Taxas de juros	
	em renda	em renda	em renda	(**)
Variação de -5% percentuais	5 pontos	5 pontos	ETIJ SUSEP	(Ofício 4/2019)
Planos Tradicionais (fase de contribuição).....	(2.839)	(373)	(5.952)	(4.373)
PGBL/VGBL (fase de contribuição).....	(9.217)	(1.819)	(38.797)	(21.024)
Todos os planos (fase de concessão).....	(864)	(338)	-	(878)
Total (*)	(12.920)	(2.530)	(44.749)	(26.275)

(*) O impacto considera a compensação da parcela correspondente à diferença entre o valor de mercado e o valor contábil dos títulos vinculados em cobertura da provisão técnica classificadas na categoria "mantidos até o vencimento".

(**) Vide nota explicativa 4c.

Seguros de Pessoas, exceto Vida Individual - Sensibilidades em 31 de dezembro de 2019

Para os seguros de Pessoas, a tabela abaixo apresenta o impacto no Resultado e Patrimônio Líquido caso houvesse aumento na sinistralidade em 1 ponto, percentual nos últimos doze meses da data-base do cálculo:

Impacto no resultado e patrimônio líquido após impostos e contribuições	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Seguros de Vida	(29.689)	(29.532)

c. Risco de crédito

Risco de crédito consiste na possibilidade de ocorrer perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, bem como à desvalorização de contrato decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, e a outros valores relativos ao descumprimento de obrigações financeiras da contraparte.

Gerenciamento do risco de crédito

O gerenciamento do risco de crédito é um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

Esse gerenciamento de risco inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, tais como *Fitch Ratings*, *Standard & Poor's*, *Moody's* entre outras. Conforme exposto acima, o gerenciamento de risco de crédito é realizado de forma corporativa mediante procedimentos internos estruturados, independentes, e embasados em documentação e relatórios próprios, avaliados pelas estruturas de gestão de riscos do Grupo Bradesco Seguros e do Banco Bradesco, e baseado em modelos internos, em fase de implementação gradual, visando à apuração, mensuração e cálculo do capital.

No que se refere às aplicações financeiras, a Administração avalia o risco de crédito como baixo pelo fato de que a maior parte da carteira está concentrada em títulos de renda fixa públicos e operações compromissadas com lastro em títulos públicos federais, como demonstrado abaixo:

Aplicações/Rating	2019						Sem rating	Exposto exclusivamente a risco de mercado	Total
	AAA (*)	AA	A	BBB	BB	B			
Valor justo por meio do resultado	202.328.881	2.459.732	238.319	111.961	382.470	533.687	2.034.413	5.259.954	213.349.417
Título de renda fixa privado	42.148.993	2.459.732	238.319	111.961	382.470	533.687	2.034.413	-	47.909.575
Título de renda fixa público	160.179.888	-	-	-	-	-	-	-	160.179.888
Título de renda variável	-	-	-	-	-	-	-	5.259.954	5.259.954
Disponíveis para a venda	19.935.978	-	-	-	-	71.942	-	1.099.390	21.107.310
Título de renda fixa privado	11.634	-	-	-	-	71.942	-	-	83.576
Título de renda fixa público	19.924.344	-	-	-	-	-	-	-	19.924.344
Título de renda variável	-	-	-	-	-	-	-	1.099.390	1.099.390
Mantidos até o vencimento	24.455.346	-	-	-	-	-	-	-	24.455.346
Título de renda fixa privado	75.253	-	-	-	-	-	-	-	75.253
Título de renda fixa público	24.380.093	-	-	-	-	-	-	-	24.380.093
Total	246.720.205	2.459.732	238.319	111.961	382.470	605.629	2.034.413	6.359.344	258.912.073

Aplicações/Rating	2018						Sem rating	Exposto exclusivamente a risco de mercado	Total
	AAA (*)	AA	A	BBB	BB	B			
Valor justo por meio do resultado	197.093.462	729.812	294.821	465.090	2.626	390.283	59.540	816.249	2.115.073
Título de renda fixa privado	26.662.819	729.812	294.821	465.090	2.626	390.283	59.540	816.249	29.421.240
Título de renda fixa público	170.430.643	-	-	-	-	-	-	-	170.430.643
Título de renda variável	-	-	-	-	-	-	-	-	2.115.073
Disponíveis para a venda	15.281.066	-	83.860	-	-	-	-	1	1.238.716
Título de renda fixa privado	8.054	-	83.860	-	-	-	-	1	91.915
Título de renda fixa público	15.273.012	-	-	-	-	-	-	-	15.273.012
Título de renda variável	-	-	-	-	-	-	-	-	1.238.716
Mantidos até o vencimento	22.996.973	-	-	-	-	-	-	-	22.996.973
Título de renda fixa privado	82.264	-	-	-	-	-	-	-	82.264
Título de renda fixa público	22.914.709	-	-	-	-	-	-	-	22.914.709
Total	235.371.501	729.812	378.681	465.090	2.626	390.283	59.540	816.250	3.353.789

(*) Os títulos públicos classificados nessa coluna referem-se a títulos do tesouro brasileiro (risco soberano).

Trimestralmente, são realizadas as reuniões do Comitê Executivo de Gestão de Risco de Crédito do Banco Bradesco e dos Comitês Executivo de Gestão e de Estratégia de Alocação de Ativos do Grupo Bradesco Seguros para as tratativas deliberativas, possuindo as atribuições necessárias para o atendimento regulatório/aprimoramento nos processos de gestão.

d. Risco de liquidez

Risco de liquidez é a possibilidade da não existência de recursos financeiros suficientes para que a Companhia honre seus compromissos em razão dos descasamentos entre pagamentos e recebimentos, considerando as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O conhecimento e o acompanhamento deste risco são cruciais, sobretudo para que a Companhia possa liquidar as operações em tempo hábil e de modo seguro.

Exposição ao risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela reconciliação do fluxo de caixa da carteira de investimentos com os respectivos passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de contratos de seguro. A qualidade dos investimentos também garante a capacidade de cobrirmos altas exigências de liquidez.

A tabela a seguir apresenta o risco de liquidez a que a Companhia está exposta:

	Fluxo de ativos (i)	Fluxo de passivos (ii)
Fluxo de 0 a 3 meses	5.654.416	1.938.774
Fluxo de 3 a 12 meses	1.962.163	2.411.845
Fluxo de 12 a 60 meses	19.625.832	10.342.792
Fluxo acima de 60 meses	52.097.264	41.892.631
	79.339.675	56.586.042

- (i) Contempla aplicações, créditos com operações de seguros e resseguros e ativos de resseguro;
- (ii) Contempla provisões técnicas, contas a pagar e débitos das operações com seguros, resseguros e previdência complementar.

Os ativos financeiros foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais.

As provisões técnicas foram distribuídas com base na expectativa de fluxo de caixa futuro (diferença de sinistros e prêmios esperados futuros), considerando a experiência de mortalidade e longevidade, o comportamento do segurado, que inclui sua experiência de persistência, o término de vigência dos contratos de seguros vigentes e a melhor expectativa quanto à data de liquidação de sinistros estimados. Esses fluxos foram estimados até a expectativa de pagamento e/ou recebimento e não consideram os valores a receber vencidos. Não estão considerados nos fluxos os planos de previdência PGBL's e VGBL's.

Gerenciamento do risco de liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez é exercido de forma corporativa, envolvendo um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados.

A política corporativa de gestão de riscos de mercado e liquidez tem por objetivos assegurar a existência de normas, critérios e procedimentos que garantam à Companhia o estabelecimento de reserva mínima de liquidez, bem como a existência de estratégia e de planos de ação para situações de crise de liquidez.

e. Risco de mercado

O risco de mercado é representado pela possibilidade de perda financeira por oscilação de preços e taxas de juros dos instrumentos financeiros da Companhia, uma vez que suas carteiras ativas e passivas podem apresentar descasamentos de prazos, moedas e indexadores.

Este risco é identificado, mensurado, mitigado e gerenciado, sendo as diretrizes e limites monitorados diariamente, de maneira independente.

O controle do risco de mercado é realizado para todas as empresas do Grupo Bradesco Seguros. As atividades expostas a risco de mercado são mapeadas, mensuradas e classificadas quanto à probabilidade e magnitude, com seus respectivos planos de mitigação aprovados pela estrutura de governança.

Gerenciamento do risco de mercado

O processo realizado de forma corporativa é aprovado pelo Conselho de Administração do Conglomerado Bradesco e reavaliado anualmente pelos comitês específicos, bem como pelo próprio Conselho de Administração.

Definição de limites

As propostas de limites de risco de mercado são validadas em Comitês específicos de negócios, bem como pelos Comitês Executivos de Investimentos e de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros. Posteriormente, são submetidas à aprovação do Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, observando os limites definidos pelo Conselho de Administração, conforme as características das operações.

A carteira de investimentos financeiros da Companhia consiste em operações estruturais provenientes das linhas de negócio. Nesse tipo de operação a intenção não é a negociação no curto prazo, que visa se beneficiar de oscilações de mercado, mas sim a manutenção do investimento por um período necessário ao seu tipo de negócio e demanda, atendendo suas necessidades específicas.

Os principais riscos monitorados são os riscos de taxa de juros e de carteira de ações.

Modelos de mensuração do risco de mercado

As posições em ações são mensuradas mediante a metodologia de VaR Delta-Normal para o horizonte de 1 dia, com nível de confiança de 99% e volatilidades e correlações calculadas a partir de métodos estatísticos que atribuem maior peso aos retornos recentes.

A mensuração e o controle do risco de taxa de juros são feitos a partir da metodologia EVE (*Economic Value Equity*), que mede o impacto econômico sobre as posições, de acordo com os cenários elaborados pela área econômica do Banco Bradesco. Nesses cenários são determinados movimentos positivos e negativos que podem ocorrer nas curvas de taxas de juros, com impacto sobre os ativos e passivos ao longo da vida das operações, não representando necessariamente prejuízo contábil.

Análise de Sensibilidade de Risco de Mercado

Fator de Risco	Cenário		
	Choque de 1 ponto base para taxa de juros e 1% de variação para preços		
Índice Bovespa em pontos			114.489
Taxa Prefixada de 1 ano			4,57%
Cupom de IPCA de 1 ano			0,50%

Os impactos, líquidos de efeitos fiscais, desse cenário sobre as posições seriam as seguintes:

Período	Fatores de risco			
	Taxa de juros (686)	Índices de preços (10.578)	Renda variável (3.407)	Total sem correlação (14.671)
Dezembro/2019				(11.760)
Exposições sujeitas à variações de taxas de juros e cupons de taxas de juros		Exposições sujeitas à variações da taxa dos cupons de índices de preços	Exposições sujeitas à variação do preço de ações	

f. Risco operacional

O risco operacional é representado pela perda resultante de processos internos, pessoas e sistemas inadequados ou falhos de eventos externos. Essa definição inclui o Risco Legal, mas exclui o Estratégico e o de Imagem.

Gerenciamento do risco operacional

A Companhia aborda o gerenciamento do risco operacional num processo de aprimoramento contínuo, visando acompanhar a evolução dinâmica dos negócios e minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a qualidade deste gerenciamento.

Todo o processo de Governança Corporativa para gerenciamento do risco operacional é acompanhado trimestralmente pelos comitês executivos do Grupo Bradesco Seguros e do Banco Bradesco, cada qual com a sua especificidade, possuindo as seguintes atribuições:

- Garantir o cumprimento das Políticas de Gestão de Risco Operacional e de Continuidade de negócios da Companhia;
- Assegurar a efetividade das Políticas de Risco Operacional e de Continuidade de negócios da Companhia;
- Aprovar e revisar, as definições e critérios, modelagens matemáticas e estatísticas e cálculos referentes ao montante da alocação de capital;
- Avaliar e submeter à validação do Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, com reporte aos comitês específicos, a política, estrutura, papéis, procedimentos e responsabilidades das dependências envolvidas no processo, bem como as revisões executadas anualmente.

Procedimentos de controle e monitoramento contínuo

- Identificar junto às dependências interna e externa da Companhia os eventos de perdas decorrentes do risco operacional assegurando o correto tratamento mediante as origens/causas, para a avaliação, monitoramento e controle do processo, possibilitando a redução dos impactos, ao menor custo.
- Estabelecer reuniões com os gestores e executivos, quanto ao tratamento das perdas junto às áreas, visando à melhoria contínua, ações corretivas e preventivas do Risco Operacional.

g. Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital é realizado de forma corporativa e visa assegurar que o Grupo Bradesco Seguros mantenha uma sólida base de capital para fazer face aos riscos inerentes às suas atividades, contribuindo para o alcance dos objetivos estratégicos e metas, de acordo com as características de cada empresa do grupo. Para tanto, são considerados o ambiente de negócios, a natureza das operações, a complexidade e a especificidade de cada produto e serviço no mercado de atuação. O processo de adequação e gerenciamento de capital é acompanhado de forma permanente e prospectiva, seja em situações de normalidade de mercado, ou em condições extremas, atendendo os limites definidos pelos Órgãos Reguladores e/ou aos aspectos de Governança Corporativa.

h. Limitações das análises de sensibilidade

As análises de sensibilidade demonstram o efeito de uma mudança em uma premissa importante enquanto as outras premissas permanecem inalteradas. Na realidade, existe uma correlação entre as premissas e outros fatores. Deve-se também ser observado que essas sensibilidades não são lineares, impactos maiores ou menores não devem ser interpolados ou extrapolados a partir desses resultados.

As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e passivos são altamente gerenciados e controlados. Além disso, a posição financeira da Companhia poderá variar na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorra. Por exemplo, a estratégia de gerenciamento de risco visa gerenciar a exposição a flutuações no mercado. À medida que os mercados de investimentos se movimentam através de diversos níveis, as ações de gerenciamento poderiam incluir a venda de investimentos, mudança na alocação da carteira, entre outras medidas de proteção.

4 Aplicações

a. Resumo da classificação das aplicações financeiras

	2019	%	2018	%
Títulos a valor justo por meio do resultado	213.349.417	82,40	201.966.956	83,61
Quotas de fundos especialmente constituídos	210.044.615	81,12	198.748.039	82,28
Títulos de renda fixa - fundos de investimentos	3.280.154	1,27	3.193.035	1,32
Fundos de investimentos de terceiros	24.648	0,01	25.882	0,01
Títulos disponíveis para venda	21.107.310	8,15	16.603.643	6,87
Títulos de renda fixa - notas do tesouro nacional	14.488.777	5,59	10.481.196	4,34
Títulos de renda fixa - fundos de investimentos	5.409.524	2,09	4.503.379	1,86
Títulos de renda variável - ações	1.099.390	0,42	1.238.716	0,51
Títulos de renda fixa - letras do tesouro nacional	-	-	145.454	0,06
Títulos de renda fixa - debêntures	80.190	0,03	88.163	0,04
Títulos de renda fixa - letras financeiras do tesouro	14.510	0,01	130.711	0,05
Títulos de renda fixa - letras financeiras do tesouro - depósito judicial	14.919	0,01	16.024	0,01
Títulos mantidos até o vencimento	24.455.346	9,45	22.996.973	9,52
Títulos de renda fixa - fundos de investimentos	17.079.702	6,60	16.185.332	6,70
Títulos de renda fixa - notas do tesouro nacional	7.314.652	2,83	6.743.820	2,79
Títulos de renda fixa - certificados de recebíveis imobiliários	60.992	0,02	67.821	0,03
	258.912.073	100,00	241.567.572	100,00

b. Composição das aplicações por prazo e por título

Apresentamos a seguir a composição das aplicações financeiras por prazo e por título, incluindo os títulos que compõem as carteiras dos fundos de investimentos. Os títulos a "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento. Os valores dos títulos que compõem os investimentos, relativos a fundos de investimentos exclusivos do Grupo Bradesco Seguros, estão abaixo apresentados com base no percentual de participação da Companhia naqueles fundos.

Títulos a valor justo por meio do resultado	2019						
	1 a 30 dias ou sem vencimento definido	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor contábil/valor justo (iii)	Valor atualizado (i)	Ajuste a valor justo
Títulos a valor justo por meio do resultado	35.543.152	3.786.970	9.296.790	164.722.505	213.349.417	210.885.413	2.464.004
Letras financeiras do tesouro	-	689.202	450.992	118.521.727	119.661.921	119.646.392	15.529
Letras do tesouro nacional	4.999	135.150	141.342	10.992.046	11.273.537	10.547.979	725.558
Notas do tesouro nacional	-	-	302.397	28.942.033	29.244.430	27.520.821	1.723.609
Letras do tesouro nacional - operação compromissada/ outros(v)	20.496.066	-	-	-	20.496.066	20.496.066	-
Letras financeiras de emissores privados	-	2.546.149	7.802.026	2.548.061	12.896.236	12.894.421	1.815
Letras financeiras do tesouro - operação compromissada/ outros(v)	41.775	-	-	-	41.775	41.775	-
Debêntures	-	133.086	311.403	3.458.725	3.903.214	3.907.033	(3.819)
Ações	5.259.954	-	-	-	5.259.954	5.259.954	-
Quotas de fundos de investimento	1.837.569	-	-	-	1.837.569	1.837.569	-
Notas do tesouro nacional - operação compromissada/ outros(v)	7.902.789	102.611	-	-	8.005.400	8.005.400	-
Notas comerciais	-	58.429	177.194	197.963	433.586	433.387	199
Certificado de depósito bancário	-	122.343	111.436	57.685	291.464	290.484	980
Certificados de recebíveis imobiliários	-	-	-	1.817	1.817	1.755	62
Certificados de recebíveis do agronegócio	-	-	-	2.448	2.448	2.377	71
Títulos disponíveis para venda	1.102.776	2.785	-	20.001.749	21.107.310	16.131.889	4.975.421
Notas do tesouro nacional	-	-	-	19.894.915	19.894.915	15.148.075	4.746.840
Ações (ii)	1.099.390	-	-	-	1.099.390	885.043	214.347
Debêntures	-	-	-	80.190	80.190	65.956	14.234
Letras financeiras do tesouro - judiciais	-	-	-	14.919	14.919	14.919	-
Letras financeiras do tesouro	-	2.785	-	11.725	14.510	14.510	-
Notas do tesouro nacional - Operação Compromissada/ outros(v)	3.386	-	-	-	3.386	3.386	-
Títulos mantidos até o vencimento	14.261	-	8.010	24.433.075	24.455.346	24.455.346	-
Notas do tesouro nacional	-	-	8.010	24.372.083	24.380.093	24.380.093	-
Certificados de recebíveis imobiliários	-	-	-	60.992	60.992	60.992	-
Letras financeiras do tesouro - operação compromissada/ outros(v)	1.356	-	-	-	1.356	1.356	-
Notas do tesouro nacional - operação compromissada/ outros(v) e (iv)	12.905	-	-	-	12.905	12.905	-
Total	36.660.189	3.789.755	9.304.800	209.157.329	258.912.073	251.472	

c. Composição por ressegurador

		2019				
Resseguradores	Categoria	Prêmio cedi- do (nota 21e)	Prêmios a liquidar	Recuperação de sinistros (nota 21e)	Sinistros a recuperar	Sinistros a liquidar
IRB Brasil Resseguros	Local	22.381	9.659	25.828	5.336	5.664
Munich RE	Local	1.548	1.333	-	-	-
Mapfre RE	Local	3.241	2.357	-	-	-
Total		27.170	13.349	25.828	5.336	5.664
		2018				
Resseguradores	Categoria	Prêmio cedi- do (nota 21e)	Prêmios a liquidar	Recuperação de sinistros (nota 21e)	Sinistros a recuperar	Sinistros a liquidar
IRB Brasil Resseguros	Local	13.857	8.973	4.122	2.268	4.459
Total		13.857	8.973	4.122	2.268	4.459

8 Ativos e passivos fiscais

a. Créditos tributários e previdenciários

	2019	2018
Impostos a compensar	15.044	14.226
Finsocial	631	600
INSS - aviso prévio	2.788	1.264
ILL	4.112	3.914
Total	22.575	20.004

b. Tributos diferidos líquidos

	2019	2018
Créditos tributários diferidos c(i)	(710.671)	(682.416)
Tributos diferidos c(ii)	2.192.393	1.106.274
Total	1.481.722	423.858

c. Origens dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

(i) Movimentação de créditos tributários diferidos

	Saldo em 31/12/2018	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2019
Provisões judiciais - cíveis	243.982	93.623	(94.698)	243.907
Provisões para riscos de crédito	479.237	11.227	-	291.879
Provisões judiciais - fiscais	89.224	4.007	-	93.231
Provisões para desvalorização/impairment	1.722	-	(1.722)	-
Provisões judiciais - trabalhistas	31.640	27.798	(9.010)	50.428
Outros	35.196	4.794	(7.764)	32.226
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	682.416	141.449	(113.194)	710.671

	Saldo em 01/01/2018	Constituição	Realização	Incorporação	Saldo em 31/12/2018
Provisões judiciais - cíveis	189.317	107.981	(53.503)	187	243.982
Provisões para riscos de crédito	479.237	14.887	(213.472)	-	280.652
Provisões judiciais - fiscais	150.973	12.706	(74.455)	-	89.224
Provisões para desvalorização/impairment	13.458	-	(11.736)	-	1.722
Provisões judiciais - trabalhistas	6.405	1.803	(4.453)	27.885	31.640
Outros	34.672	8.703	(8.786)	607	35.196
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	874.062	146.080	(366.405)	28.679	682.416

(ii) Movimentação das obrigações fiscais diferidas

	Saldo em 31/12/2018	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2019
Ajuste a valor justo - títulos disponíveis para a venda	1.062.028	1.538.181	(455.135)	2.145.074
Atualização de depósito judicial	44.246	3.764	(691)	47.319
Total	1.106.274	1.541.945	(455.826)	2.192.393

	Saldo em 01/01/2018	Constituição	Realização	Incorporação	Saldo em 31/12/2018
Ajuste a valor justo - títulos disponíveis para a venda	813.786	984.202	(744.501)	8.541	1.062.028
Atualização de depósito judicial	79.038	11.368	(46.160)	-	44.246
Total	892.824	995.570	(790.661)	8.541	1.106.274

(iii) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Diferenças temporárias			Total
	Imposto de Renda	Contribuição Social		
2020	117.928	70.757		188.685
2021	79.106	47.464		126.570
2022	57.432	34.459		91.891
2023	46.354	27.813		74.167
2024 em diante	143.349	86.009		229.358
Total	444.169	266.502		710.671

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis. Em 31 de dezembro de 2019, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 680.603 (R\$ 632.783 em 2018).

9 Ativos intangíveis

	Saldo em 31/12/2018	Aquisição/Baixa	Amortização	Saldo em 31/12/2019
Sistema de Computação	113.922	65.165	(21.177)	157.910
Total	113.922	65.165	(21.177)	157.910

	Saldo em 01/01/2018	Aquisição/Baixa (*)	Amortização	Saldo em 31/12/2018
Sistema de Computação	264.339	(83.233)	(67.184)	113.922
Total	264.339	(83.233)	(67.184)	113.922

(*) Objetivando melhorias nos controles dos itens relativos a desenvolvimentos internos de software, foi criado a área de Gestão Corporativa de Portfólio (GCP), com o objetivo de aperfeiçoar a configuração dos ativos considerados intangíveis, e para tanto, passou a utilizar-se de uma ferramenta para processo de gestão orçamentária e de portfólio de projetos, denominado de Otimize, modificando a forma do controle operacional dos componentes do ativo intangível, que passou a ser realizado por tipo de sistema e tipo de escopo. Em decorrência, em dezembro de 2018, houve a baixa de (R\$125.389) relativo a projetos descontinuados.

10 Obrigações a pagar

	2019	2018
Dividendos a pagar	250.000	-
Fornecedores	43.746	82.685
Pagamentos a efetuar	7.047	3.355
Participação nos lucros a pagar	8.518	6.277
Honorários, remunerações e gratificações a pagar	8.631	2.141
Outras obrigações	61.390	53.954
Total	379.332	148.412

11 Impostos e encargos sociais a recolher

	2019	2018
Imposto de renda retido na fonte a recolher	104.306	90.481
Imposto sobre serviços a recolher	4.944	4.039
Impostos sobre operações financeiras	1.222	3.585
Contribuições previdenciárias	1.833	1.236
Pis/Cofins/CSLL de terceiros	593	745
Outros impostos e encargos a recolher	1.432	1.601
Total	114.330	101.687

12 Impostos e contribuições a pagar

	2019	2018
Imposto de renda	359.271	448.936
Contribuição social	360.648	527.164
COFINS	34.820	41.428
PIS	5.658	6.732
Total	760.397	1.024.260

Sinistros brutos de resseguro

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Total
Montante estimado para os sinistros												
No ano do aviso	901.321	1.007.851	1.191.045	1.235.104	1.305.822	1.330.460	1.415.524	1.493.336	1.537.474	1.438.027	1.486.498	
Um ano após o aviso	926.499	1.015.094	1.188.264	1.226.271	1.298.610	1.373.160	1.425.789	1.491.439	1.487.961	1.416.097	-	
Dois anos após o aviso	943.781	1.021.283	1.188.774	1.236.289	1.326.512	1.368.575	1.403.516	1.468.731	1.503.531	-	-	
Três anos após o aviso	937.472	1.011.228	1.197.625	1.236.075	1.309.876	1.277.276	1.323.436	1.449.190	-	-	-	
Quatro anos após o aviso	944.170	1.022.136	1.195.079	1.234.363	1.296.147	1.242.937	1.310.005	-	-	-	-	
Cinco anos após o aviso	954.487	1.019.647	1.201.083	1.233.898	1.304.644	1.224.932	-	-	-	-	-	
Seis anos após o aviso	951.993	1.017.766	1.200.703	1.239.976	1.299.984	-	-	-	-	-	-	
Sete anos após o aviso	944.581	1.009.936	1.209.690	1.240.781	-	-	-	-	-	-	-	
Oito anos após o aviso	944.664	1.017.016	1.198.625	-	-	-	-	-	-	-	-	
Nove anos após o aviso	950.290	1.018.947	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Dez anos após o aviso	1.016.053	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Estimativa dos sinistros na data-base	1.016.053	1.018.947	1.198.625	1.240.781	1.299.984	1.224.932	1.310.005	1.449.190	1.503.531	1.416.097	1.486.498	14.164.643
Pagamentos de sinistros efetuados	(943.373)	(991.439)	(1.166.640)	(1.197.605)	(1.247.133)	(1.140.216)	(1.171.848)	(1.321.771)	(1.319.586)	(1.215.263)	(1.069.914)	(12.784.758)
Provisão de sinistros a liquidar (administrativo e judicial)	72.680	27.508	31.985	43.176	52.851	84.716	138.157	127.419	183.945	200.864	416.584	1.379.885

Não foram considerados no desenvolvimento das operações de retrocessão de R\$ 1.823.

O valor da Provisão de sinistros a liquidar de Resseguro monta R\$ 5.664.

f. Demonstrativo do desempenho das provisões relacionadas a sinistros/benefícios

	2019	2018
Total de ações judiciais pagas no exercício e que se encontravam provisionadas	124.105	134.761
Total provisionado de ações judiciais pagas no exercício	108.074	133.961
Processos encerrados sem pagamento no exercício corrente, para os quais havia provisão constituída	165.770	212.382
Total de ações judiciais pagas no exercício e não provisionadas no exercício anterior	71.039	68.906

15 Provisões judiciais

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para fazer face a eventuais perdas decorrentes dos respectivos processos. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até a definição da ação. Não existem passivos contingentes relevantes para os quais as chances de perdas sejam prováveis que não tenham sido razoavelmente estimados.

i. Obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A Companhia vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, em especial os descritos abaixo, os quais estão provisionados.

As principais discussões são:

- INSS – Valor depositado judicialmente R\$ 163.257 (R\$ 156.300 em dezembro de 2018) e valor provisionado - R\$ 163.257 (R\$ 156.277 em dezembro de 2018): Discute a incidência da contribuição previdenciária sobre as remunerações pagas a corretores de seguro e previdência, instituída, inicialmente, pela Lei Complementar nº 84/96, e após, pela Lei 9.876/99 (nova redação dada ao artigo 22, inciso I da Lei 8.212/91), à alíquota de 20% e adicional de 2,5%, sob o argumento de que os serviços não são prestados às seguradoras, mas aos segurados, estando desta forma fora do campo de incidência da referida contribuição.

13 Depósitos de terceiros

	2019				
	Até 30 dias	31 a 180 dias	181 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total
Cobrança antecipada de prêmios	33.222	16.526	138	-	49.886
Prêmios e emolumentos	22.552	16.963	1.758	2.016	43.289
Previdência complementar	4.153	-	-	-	4.153
Total	59.927	33.489	1.896	2.016	97.328

	2018				
	Até 30 dias	31 a 180 dias	181 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total
Cobrança antecipada de prêmios	31.050	8.648	48	-	39.746
Prêmios e emolumentos	55.457	14.576	2.013	-	72.046
Previdência complementar	66.904	828	145	-	67.877
Total	153.411	24.052	2.206	-	179.669

14 Provisões técnicas e custos de aquisição diferidos

a. Composição

	VGBL	PGBL	Tradicionais	Vida	Total
Provisão matemática de benefícios a conceder	175.986.615	34.058.765	13.484.497	7.467.122	230.996.999
Provisão matemática de benefícios concedidos	310.890	2.984.675	5.600.007	-	8.895.572
Provisão de resgates e outros valores a regularizar	139.799	12.290	731.101	2.237.472	3.120.662
Provisão de sinistros ocorridos e não avisados	-	-	47.954	835.329	883.283
Provisão de sinistros a liquidar - judicial	-	5.666	43.260	881.006	929.932
Provisão de sinistros a liquidar - administrativo	-	192	32.161	419.423	451.776
Provisão de excedente financeiro	-	528	122.139	36	622.703
Provisão de prêmios não ganhos	-	-	8.075	1.016.110	1.024.185
Provisão de despesas relacionadas	19.969	318.239	161.365	138.643	638.216
Provisão para excedente técnico	-	-	-	29.705	29.705
Outras provisões técnicas	-	-	1.647.054	-	1.647.054
Total das provisões	176.457.273	37.380.355	22.377.613	13.024.846	249.240.087

	VGBL	PGBL	Tradicionais	Vida	Total
--	------	------	--------------	------	-------

a. Movimentação das provisões judiciais constituídas

	Outras				Total
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	provisões	
Saldo em 1º de janeiro de 2019	230.590	79.099	609.956	988	920.633
Constituição/atualização monetária líquidas de					
reversões e baixas	9.042	69.495	234.058	234	312.829
Pagamentos	(944)	(22.523)	(236.745)	-	(260.212)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	238.688	126.071	607.269	1.222	973.250

	Outras				Total
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	provisões	
Saldo em 1º de janeiro de 2018	387.208	16.013	451.514	1.073	855.808
Constituição/atualização monetária líquidas de					
reversões e baixas	(156.618)	4.507	269.954	(85)	117.758
Pagamentos	-	(5.777)	(111.958)	-	(117.735)
Saldo de incorporação (Nota 1a)	-	64.356	446	-	64.802
Saldo em 31 de dezembro de 2018	230.590	79.099	609.956	988	920.633

b. Causas judiciais avaliadas como possíveis e não provisionadas

A Companhia mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Companhia figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de sucesso.

Periodicamente são realizados análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos.

Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. Os principais processos com essa classificação são os seguintes:

- PIS e COFINS da Kirton Vida e Previdência S.A., incorporada em maio de 2018 no montante de R\$ 122.212 (R\$ 120.020 em 2018).
Em 2008 transitou em julgado decisão final na ação judicial que se reconheceu inconstitucional o alargamento da base de cálculo de PIS e COFINS e definiu o conceito de que faturamento corresponde ao resultado da venda de bens e serviços. A consequente redução da base de cálculo e a compensação de créditos fiscais autorizada por essa decisão deram origem a autuações fiscais decorrentes do entendimento da Receita Federal de que a base de cálculo desses tributos deve incluir todas as receitas advindas da atividade objeto social da empresa. Os processos estão em diversos estágios e tem curso, em sua maioria, na esfera administrativa federal, exceto por um dos processos que tem curso na esfera judicial. O risco de perda desses processos é classificado como possível com base na avaliação dos advogados internos e externos.
Com a edição da Lei 12.973, artigo 2º, a Companhia adotou a partir de 1º de janeiro 2015 como base de cálculo de PIS e COFINS as receitas com contribuições de planos previdenciários deduzidas de sua respectiva constituição de provisões técnicas, desta forma, começando a efetuar o recolhimento sobre o seu objeto principal.
- Auto de infração da Kirton Vida e Previdência, incorporada em maio de 2018, no montante de R\$ 22.360 (R\$ 21.956 em 2018) relacionado a IRPJ e CSLL, com avaliação de risco de perda possível, contestado administrativamente.

c. Depósitos judiciais e fiscais

	2019	2018
INSS	163.257	156.300
Cíveis e trabalhistas	235.319	189.920
IR e CSLL	21.498	47.126
Sinistros	21.376	30.794
Outros	815	757
Total	442.265	424.897

16 Patrimônio líquido

a. Capital social e dividendos

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, já considerados os atos societários abaixo, é representado por 193.699 (193.699 em dezembro de 2018) ações escriturais, ordinárias e nominativas, sem valor nominal.

De acordo com as disposições estatutárias, a cada ação corresponde um voto nas Assembleias Gerais, sendo garantido aos acionistas um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos da legislação societária brasileira. A Diretoria está autorizada, pelo Estatuto Social, a declarar e pagar dividendos interdiários a conta de Lucros Acumulados ou de Reservas existentes.

Durante o exercício de 2019, foi deliberado pelos Administradores, através de Reunião da Diretoria, realizada em 29 de março; 17 de outubro e 12 de dezembro, a destinação de dividendos no montante de R\$ 385.862 a partir do saldo existente na Reserva Estatutária e também o pagamento de dividendos antecipados no montante de R\$ 2.699.138 como parte de distribuição do resultado de 2019.

Também foram creditados aos acionistas juros sobre capital próprio no montante de R\$ 215.000, calculados mediante a aplicação da Taxa de Juros de Longo Prazo sobre o patrimônio líquido, limitados a 50% do resultado antes da provisão para o imposto de renda. Os juros reduziram a despesa de imposto de renda e contribuição social em R\$ 86.000. A distribuição de lucros foi calculada como segue:

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	3.758.721	3.620.886
Constituição da reserva legal	-	(92.795)
Base de cálculo dos dividendos	3.758.721	3.528.091
Dividendos pagos	2.699.138	3.042.229
Juros sobre capital próprio creditados antecipados (líquidos dos impostos retidos na fonte) ...	182.750	85.000
Dividendos propostos	250.000	-
Porcentagem sobre o lucro líquido ajustado do exercício	83,32%	88,64%

b. Atos societários

A distribuição de juros sobre capital próprio, foi calculado com base na taxa de juros de longo prazo (TJLP), aplicado sobre o patrimônio líquido, observado o limite de 50% do lucro líquido do exercício, os quais são computados líquidos de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), no cálculo dos dividendos obrigatório do exercício previsto no Estatuto Social.

c. Reserva legal

Constituída, ao final do exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento do capital social.

d. Reserva estatutária

Constituída por até 100% do lucro líquido remanescente após as deduções legais e a constituição de reserva legal, é efetuada ao final de cada exercício social, até atingir o limite de 95% do capital social, estando sujeita à deliberação em Assembleia Geral.

17 Gestão de Capital

O principal objetivo da Seguradora em relação à gestão de capital é manter níveis de capital suficientes para atender os requerimentos regulatórios determinados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), além de otimizar o retorno sobre capital para os acionistas.

a. Patrimônio líquido ajustado e adequação de Capital

Em atendimento à Resolução CNSP nº 321/15 (alterada pelas Resoluções CNSP nº 343/16 e 360/2017), as Sociedades Supervisionadas deverão apresentar patrimônio líquido ajustado (PLA) igual ou superior ao capital mínimo requerido (CMR), equivalente ao maior valor entre o capital base e o capital de risco (CR).

A Companhia está atuando o CR com base nos riscos de subscrição, crédito, mercado e operacional como demonstrado abaixo:

Patrimônio líquido ajustado	7.248.593
Ajustes contábeis:	
(-) Despesas antecipadas	(4.784)
(-) Créditos tributários – Diferenças temporárias que excederem 15% do CMR	(6.872)
(-) Ativos intangíveis	(157.910)
(-) Custo de aquisição diferidos não diretamente relacionados a PPNG	(29.844)
Ajustes associados à variação dos valores econômicos:	
(+) Diferença entre valor de mercado e valor dos ativos financeiros mantidos até o vencimento	4.552.109
(-) Redução no TAP referente à diferença de mercado dos ativos vinculados	(1.242.666)
(+) Superávit entre provisões e fluxo realista de prêmios/contribuições registradas	1.392.319
Patrimônio líquido ajustado (PLA)	11.750.945
Capital mínimo requerido (CMR) = (maior entre (I) e (II))	4.676.722
Capital base (I)	15.000
Capital adicional com correlação (II) (1)	4.676.722
Capital adicional de risco de subscrição	2.963.395
Capital adicional de risco de crédito	230.263
Capital adicional de risco de mercado	2.543.227
Capital adicional de risco operacional	199.424
Efeito da correlação (benefícios)	(1.259.587)
Suficiência de capital (PLA - CMR)	7.074.223
Ativos líquidos	52.249.664
Suficiência dos Ativos Garantidores dos ativos líquidos (2)	10.994.794
Capital de Risco deduzido dos ajustes econômicos para fins de Índice de Liquidez (3)	4.698.871
Índice de Liquidez em relação ao CR (4)	234%

- (1) Cálculo de Capital de Risco é a soma do capital de risco de crédito, mercado, subscrição e operacional aplicado o benefício da correlação conforme Resolução CNSP nº 321/2015 e alterações.
- (2) Suficiência dos Ativos Líquidos, conforme determinado pela Resolução CNSP nº 360/2017, em relação ao total de Provisões Técnicas líquida dos valores redutores da necessidade de cobertura.
- (3) Capital de Risco deduzido dos ajustes econômicos para fins de índice de liquidez: Corresponde ao valor do mínimo Requerido calculado com base no capital de risco de mercado e demais capitais inalterados (subscrição, crédito e operacional).
- (4) O índice de liquidez em relação ao Capital de risco requerido pela Resolução CNSP nº 360/2017 é de no mínimo 20%.
- (5) Os ajustes associados à variação dos valores econômicos estão apresentados líquidos dos efeitos tributários de IRPJ e CSLL conforme disposto na Resolução CNSP nº. 343/2016.

18 Benefícios a empregados

Planos de Previdência Complementar

A contribuição para os planos durante o exercício de 2019 foi de R\$ 13.522 (R\$ 13.843 em 2018), que estão integralmente cobertos por provisões técnicas, que totalizam R\$ 109.569 (R\$ 110.460 em 2018), sendo: benefícios concedidos R\$ 48.296 (R\$ 46.356 em 2018), benefícios a conceder R\$ 61.273 (R\$ 64.104 em 2018).

Além desse benefício, a Companhia oferece aos seus funcionários e administradores seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais e treinamento profissional.

19 Transações e saldos com partes relacionadas

	Ativo		Passivo	
	2019	2018	2019	2018
Banco Bradesco S.A. (controlador final) (a)	29.684.827	17.311.055	-	-
IRB Brasil Resseguros S.A. (empresa ligada) (a) (b)	43.713	10.494	9.659	8.973
Bradesco Seguros S.A. (controladora direta) (f) (c) (p)	-	3.530	286.754	30.027
Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros S.A. (empresa ligada) (f) (c) ...	-	1.512	-	1.348
BSP Affinity Ltda. (empresa ligada) (d)	-	-	2.550	2.550
Fleury S.A. (empresa ligada) (a) (g) (n)	11.062	-	-	35
Europ Assistance do Brasil Serviços de Assistência S.A. (empresa ligada) (g)	-	-	22.816	29
Novamed Gestão de Clínicas S.A. (empresa ligada) (h)	-	-	44	-
Total	29.739.602	17.326.591	321.823	42.962

	Receitas		Despesas	
	2019	2018	2019	2018
Bradesco Seguros S.A. (controladora direta) (c) (f)	-	-	(296.964)	(283.050)
Europ Assistance do Brasil Serviços de Assistência S.A. (empresa ligada) (e) (g)	-	-	(116.644)	(92.051)
BPAR Corretagem de Seguros Ltda (empresa ligada) (i)	-	-	(44.179)	(41.554)
BSP Affinity Ltda. (empresa ligada) (d)	-	-	(30.600)	(30.600)
Chain Serviços e Contact Center S.A. (empresa ligada) (j)	-	-	(8.745)	(11.753)
Bradescor Corretora de Seguros Ltda. (empresa ligada) (l)	-	-	(15.830)	(190)
Banco Bradesco S.A. (controlador final) (k) (l)	-	-	(6.854)	(6.348)
Companhia Brasileira de Gestão de Serviços Ltda. (empresa ligada) (d)	-	-	(7.080)	(8.966)
BSP Empreendimentos Imobiliários S.A. (l)	-	-	(5.524)	(7.450)
Fleury S.A. (empresa ligada) (g) (o)	4.287	-	-	(97)
Banco Bradesco Cartões S.A. (empresa ligada) (i)	-	-	-	(3.277)
Kirton Corretora de Seguros S.A. (empresa ligada) (i)	-	-	(92)	(123)
Barneb Corretora de Seguros S.A. (empresa ligada) (i)	-	-	-	(174)
Bradesco Asset Management S.A. (empresa ligada) (k)	-	-	-	(69)
Scopus Soluções em TI S.A. (empresa ligada) (d)	-	-	(354)	(1.443)
Novamed Gestão de Clínicas S.A. (empresa ligada) (h)	-	-	(396)	-
Nível S.A. (i)	-	-	(9.017)	-
Alelo S.A. (i) (m)	-	-	(13.003)	-
Total	4.287	-	(555.282)	(487.145)

- (a) Refere-se a saldo em conta corrente, operações compromissadas, aplicações em ações via fundos de investimentos e Títulos Públicos.
- (b) Refere-se a operações de resseguros.
- (c) O rateio das despesas administrativas compartilhadas é efetuado a partir de aplicações de percentuais de alocação para cada sociedade filiada, sobre o total de despesas incorridas pela sociedade de comando do Grupo Bradesco Seguros, no desenvolvimento de atividades.
- (d) Consultoria comercial em seguros no desenvolvimento de produtos.
- (e) Refere-se a serviços de assistência 24 horas.
- (f) Cosseguro aceito.
- (g) Provisão de excedente técnico.
- (h) Refere-se a serviços de assistência médica.
- (i) Custo de aquisição/comissão.
- (j) Refere-se a serviços de *call center*.
- (k) Despesas com taxa de custódia, tarifas bancárias e serviços de ações escriturais.
- (l) Despesas com aluguéis.
- (m) Despesas com alimentação.
- (n) Prêmios a receber.
- (o) Prêmio emitido/receita de contribuição.
- (p) Refere-se a dividendos a pagar.

a) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária são fixados:

- O montante global anual de remuneração dos Administradores, que é aprovada em Reunião de Diretoria, conforme determina o Estatuto Social;
- A verba destinada a custear planos de previdência complementar aberta dos Administradores, dentro do plano de previdência destinado aos Funcionários e Administradores; e
- Foi determinado o valor máximo de R\$ 13.905 (R\$ 8.850 em 2018), líquido de encargos sociais, para remuneração dos Administradores e de R\$ 8.914 (R\$ 9.200 em 2018) para custear planos de previdência complementar de contribuição definida.

Benefícios de curto prazo à Administradores

	2019	2018
Proventos	13.457	9.830
Encargos sociais	3.028	2.212
Planos de previdência complementar de contribuição definida	7.980	8.838
Total	24.465	20.880

A Companhia não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

b) Outros

As operações compromissadas indicadas na nota explicativa nº4(b), tem como contra parte o Banco Bradesco S.A. A Companhia realiza operações decorrentes de seus produtos com partes relacionadas, incluindo membros do pessoal chave da administração, que não representam riscos para a Companhia.

20 Principais ramos de atuação

Ramos	Prêmios Ganhos	Sinistralidade %	Comercialização %
Seguros de pessoas	4.948.189	29,73	18,25
Previdência - risco	773.520	18,84	5,70
Total	5.721.709		

Ramos	Prêmios Ganhos	Sinistralidade %	Comercialização %
Seguros de pessoas	5.145.835	22,93	16,12
Previdência - risco	760.953	22,54	9,29
Total	5.906.788		

21 Detalhamento das contas de resultado

a. Prêmios ganhos

	2019	2018
Prêmios diretos	8.312.769	6.852.613
Contribuições de riscos	1.060.419	1.735.439
Prêmios cedidos cosseguros	(50.240)	(39.929)
Variações das provisões técnicas	(3.601.239)	(2.641.335)
Total	5.721.709	5.906.788

b. Sinistros ocorridos

	2019	2018
Sinistros	(1.553.704)	(1.260.370)
Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	47.871	14.007
Serviço de assistência	(121.533)	(91.907)
Recuperação de sinistros	10.737	(12.940)
Total	(1.616.629)	(1.351.210)

c. Custos de aquisição - Seguros e previdência

	2019	2018
Comissões e agenciamento - seguros	(932.379)	(908.551)
Comissões e agenciamento - previdência e VGBL	(13.213)	(24.162)
Despesas relacionadas a vendas	(43.807)	(26.283)
Despesas com encargos sociais	(2.921)	(7.494)
Variação das despesas de comercialização diferidas	(15.549)	7.795
Recuperação de comissões	599	558
Total	(1.007.270)	(958.137)

d. Outras receitas e despesas operacionais - Vida

	2019	2018
Despesas com títulos de capitalização	(35.909)	(44.243)
Provisão/reversão para risco de crédito	(20.200)	(39.731)
Despesas com administração de apólice	(24.384)	(37.369)
Provisão de processos judiciais cíveis	(2.153)	(1.387)
Despesas com encargos sociais e lucros atribuídos	(5.835)	(19)
Outras receitas e despesas operacionais	(5.324)	49.328
Total	(93.805)	(73.421)

e. Resultado com operações de resseguro

	2019	2018
Prêmios resseguros cedidos	(27.170)	(13.857)
Variação da provisão IBNR – resseguro	649	1.231
Recuperação de indenização de resseguro	25.828	4.122
Variação da Provisão da PPNG	2.513	(3.038)
Outros resultados com operações de resseguro	(1.039)	(870)
Receitas com participações em lucros	860	-
Total	1.641	(12.412)

f. Rendas de contribuições e prêmios de VGBL

	2019	2018
VGBL	25.563.864	23.492.119
PGBL	2.770.148	2.461.808
Previdência	124.336	157.416
Total	28.458.348	26.111.343

g. Rendas com taxas de gestão

|--|

i. Despesas administrativas

	2019	2018
Despesas com pessoal próprio:.....	(563.899)	(339.769)
Ordenados.....	(120.063)	(103.682)
INSS/FGTS.....	(46.235)	(39.073)
Planos de previdência privada.....	(13.522)	(13.843)
Honorários da administração.....	(13.702)	(10.029)
Programa de alimentação ao trabalhador.....	(9.442)	(7.868)
Despesas com vale transporte.....	(5.014)	(4.968)
Outras.....	(355.921)	(160.306)
Despesas com localização e funcionamento.....	(120.737)	(180.285)
Despesas com serviços de terceiros.....	(137.667)	(163.594)
Despesas com donativos e contribuições.....	(47.725)	(42.991)
Despesas com publicidade e propaganda institucional.....	(49.881)	(43.667)
Despesas administrativas diversas.....	(9.965)	(15.763)
Total.....	(929.874)	(786.069)

j. Despesas com tributos

	2019	2018
Despesas com COFINS.....	(273.431)	(304.441)
Despesas com PIS.....	(44.433)	(49.472)
Despesas com ISS.....	(41.990)	(40.757)
Despesas com taxa de fiscalização.....	(4.343)	(5.599)
Outras despesas com tributos.....	(1.268)	(3.212)
Total.....	(365.465)	(403.481)

k. Resultado financeiro

	2019	2018
i. Receitas financeiras		
Receitas financeiras com quotas de fundos especialmente constituídos garantidores de planos de benefícios.....	13.241.421	9.455.152
Receitas com títulos de renda fixa.....	5.182.432	5.105.900
Receitas com títulos de renda variável - juros ao capital próprio, dividendos e ações.....	322.863	362.550
Outras receitas financeiras.....	35.398	109.502
Atualização monetária de depósitos judiciais e fiscais.....	14.407	20.319
Receitas com títulos de renda variável.....	35.812	10.222
Receitas com operações de seguros e resseguros.....	2.032	685
Total.....	18.834.365	15.064.330

ii. Despesas financeiras

	2019	2018
Despesas financeiras com operações de VGBL.....	(10.996.283)	(7.865.567)
Despesas financeiras com operações de previdência e PGBL.....	(4.908.359)	(4.064.920)
Despesas com operações com seguros e resseguros.....	(531.997)	(697.953)
Despesas com títulos de renda fixa.....	(252.284)	(368.263)
Outras despesas financeiras - impostos, contribuições e eventuais.....	(86.608)	(124.236)
Despesas com títulos de renda variável - ações.....	(42.680)	(61.723)
Atualização monetária de processos judiciais e juros.....	(15.649)	(15.803)
Despesas com títulos de renda variável.....	(34.331)	(8.971)
Outras despesas de seguros.....	75	-
Total.....	(16.868.116)	(13.207.436)
Total.....	1.966.249	1.856.894

l. Imposto de renda e contribuição social

	2019	2018
Impostos diferidos		
Constituição no exercício sobre adições temporárias.....	25.183	(185.532)
Impostos correntes		
Imposto de renda e contribuição social devidos.....	(2.304.212)	(2.604.960)
Imposto de renda e contribuição social devidos.....	(2.279.029)	(2.790.492)

22 Reconciliação da alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social

	2019	2018
Resultado antes de impostos e participações.....	6.047.410	6.417.968
(-)-Juros sobre capital próprio.....	(215.000)	(100.000)
Resultado ajustado.....	5.832.410	6.317.968
- Adições.....	154.365	357.250
- Exclusões.....	(68.087)	(790.281)
Lucro tributável.....	5.918.688	5.884.937
- Tributos correntes.....	(2.367.475)	(2.648.222)
- Tributos diferidos.....	25.182	(185.532)
- PAT.....	1.315	1.103
- Incentivos Fiscais.....	46.176	41.078
Ajustes efetuados na declaração de rendimentos.....	15.773	1.081
Imposto de renda e contribuição social no exercício.....	(2.279.029)	(2.790.492)
Alíquota efetiva.....	37,69%	43,48%

23 Informações complementares

a. Relatório do Comitê de Auditoria

O resumo do relatório do Comitê de Auditoria foi divulgado junto com as demonstrações contábeis do Banco Bradesco S.A. (acionista controlador final) em 07 de fevereiro de 2020, no Valor Econômico e Diário Oficial do Estado de São Paulo.

b. Outras informações

Essas demonstrações contábeis contemplam a incorporação da empresa ligada Kirton Vida e Previdência S.A., realizada em junho de 2018 com objetivo de promover a reorganização societária, maximizando operações e recursos disponíveis, consequentemente, eliminando os custos operacionais, administrativos e legais advindos da manutenção daquela sociedade. A incorporação do acervo líquido da Kirton Vida e Previdência S.A., composto por todos os seus direitos e obrigações, na data-base de 31 de maio de 2018, foi efetuada com base no valor patrimonial contábil de acordo com laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil efetuado por empresa especializada.

DIRETORIA

Jorge Pohlmann Nasser - Diretor Presidente	Alexandre Nogueira da Silva - Diretor	Bernardo Ferreira Castello Atuário - MIBA 1717
Ivan Luiz Gontijo Júnior - Diretor Gerente	Vinicius Marinho da Cruz - Diretor	
Américo Pinto Gomes - Diretor Gerente	Juliano Ribeiro Marcilio - Diretor	
Jair de Almeida Lacerda Júnior - Diretor Gerente	Gedson Oliveira Santos - Diretor	João Batista Zorzete Contador - CRC 1SP248285/O-9
Curt Cortese Zimmermann - Diretor Gerente	Bernardo Ferreira Castello - Diretor	

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da

Bradesco Vida e Previdência S.A.

Barueri - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Bradesco Vida e Previdência S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bradesco Vida e Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa conclusão sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de opinião de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparente estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Osasco, 27 de fevereiro de 2020

KPMG KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F-SP

Érika Carvalho Ramos
Contadora CRC 1SP224130/O-0

PARECER DOS ATUÁRIOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da

Bradesco Vida e Previdência S.A.

CNPJ: 51.990.695/0001-37

Barueri - SP

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações contábeis, bem como os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Bradesco Vida e Previdência S.A. ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2019, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Companhia é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações contábeis e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, bem como pelas formalidades dos controles internos que ela determinou para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião estritamente sobre os itens relacionados no primeiro parágrafo deste parecer, com base em nossos procedimentos de auditoria atuarial, conduzidos de acordo com os princípios gerais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e também com base em nosso conhecimento e experiência acumulados sobre práticas atuariais adequadas.

Esses princípios requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Em particular quanto ao aspecto de solvência da Companhia, nossa responsabilidade de expressar opinião refere-se estritamente à adequação da constituição das provisões técnicas e de seus ativos redutores de cobertura financeira relacionados, segundo normativos e princípios supracitados, bem como ao atendimento pela Companhia auditada dos requerimentos de capital conforme limites mínimos estipulados pelas normas vigentes da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e não se refere à qualidade e à valoração da cobertura financeira tanto das provisões técnicas, líquidas de ativos redutores, como dos requisitos regulatórios de capital.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações contábeis e dos demonstrativos do capital mínimo, dos

valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera as circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações contábeis e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Bradesco Vida e Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2019 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA.

Outros Assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos selecionados sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar segurança razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de procedimentos selecionados, e com base em testes aplicados sobre amostras, sobre itens que, no âmbito das referidas amostras, existe correspondência dos dados que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2020



ERNST & YOUNG Serviços Atuariais SS, CIBA 57
CNPJ 03.801.998/0001-11

Ricardo Pacheco
Atuário - MIBA 2.679

Endereço: Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1909 - SP
Corporate Tower Torre Norte andar 6 conjunto 61, Vila Nova Conceição, CEP: 04543-907, São Paulo